



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



# PGM

# Cuiabá MT

## Prova Comentada

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 14/07/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral do Município de Cuiabá**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das 5, 31, 46 e 85.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PGM-Cuiabá** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/f92e04f1-348e-417f-815c-abf05a59987c>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/214a7eeb-b05b-4e93-9c05-7ba6aae1186f>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

**QUESTÃO 01. Em relação ao constitucionalismo, ao neoconstitucionalismo e ao pós-positivismo, assinale a opção correta.**

- a) O neoconstitucionalismo defende uma interpretação constitucional dogmática e formal.
- b) O neoconstitucionalismo está associado à expansão da jurisdição dos tribunais constitucionais.
- c) O neoconstitucionalismo surgiu como movimento doutrinário no início do século XVIII.
- d) Na perspectiva do pós-positivismo, o elemento ético é irrelevante na consideração do direito.
- e) Não há constitucionalismo sem constituição escrita e formal.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Neoconstitucionalismo.

Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pela professora Nelma Santana, você verá que o Neoconstitucionalismo está ligado à ideia de rematerialização constitucional. Estamos diante de consequências da ideia de neoconstitucionalismo. Vamos estudar as consequências da Rematerialização Constitucional na: a) Teoria da Norma; b) na Expansão da Jurisdição Constitucional; c) na Teoria da Interpretação; d) na Teoria das Fontes do Direito. 1ª - Teoria da Norma: reconhecimento de eficácia dos princípios, mesmo que não escritos, bem como implementação de valores. No ponto, destacamos dois princípios extremamente importantes que ganharam relevo após a segunda guerra mundial: princípio da dignidade da pessoa humana e princípio democrático. Nosso curso pressupõe-se ser completo, aprofundado e direcionado à Defensoria Pública, motivo pelo qual aprofundaremos o presente tema, o qual é extremamente importante nos certames. 2ª - Expansão da Jurisdição Constitucional: criação de Tribunais Constitucionais, notadamente por meio do controle de constitucionalidade e controle de políticas públicas. 3ª - Teoria da Interpretação: conforme destacado, surge uma nova hermenêutica especificamente constitucional, que será estudada oportunamente. 4ª - Teoria das Fontes do Direito: temos uma remodelagem na teoria das fontes do direito, com maior protagonismo do Poder Judiciário, notadamente pela judicialização de políticas públicas, e a exigência do cumprimento de normas constitucionais, marcando maior protagonismo do Judiciário. Ver-se assim que o Neoconstitucionalismo e o Constitucionalismo Contemporâneo estão preocupados em dar amplitude às normas constitucionais, especialmente à judicialização da política. As normas programáticas passam a ser aplicadas pelos Tribunais Constitucionais. O STF começou a ganhar um papel de destaque em nossa República.

A alternativa A está incorreta. O neoconstitucionalismo não defende uma interpretação dogmática e formal da Constituição. Pelo contrário, ele busca uma interpretação que valorize os princípios

constitucionais e a aplicação dos valores fundamentais, adaptando a Constituição à realidade social e promovendo uma interpretação mais aberta e flexível.

A alternativa B está correta. O neoconstitucionalismo está diretamente ligado à expansão da jurisdição dos tribunais constitucionais, que se manifestam através do controle de constitucionalidade e da judicialização de políticas públicas. Isso inclui a criação de tribunais constitucionais e o fortalecimento do papel do judiciário na aplicação e interpretação das normas constitucionais, garantindo a eficácia dos princípios constitucionais.

A alternativa C está incorreta. O neoconstitucionalismo é um movimento contemporâneo que surge na segunda metade do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, e não no início do século XVIII. Ele se desenvolve em resposta à necessidade de um direito constitucional mais dinâmico e atuante na promoção de direitos e garantias fundamentais.

A alternativa D está incorreta. O pós-positivismo, ao contrário do positivismo jurídico tradicional, enfatiza a importância dos valores e princípios éticos na interpretação e aplicação do direito. Ele reconhece que o direito deve ser interpretado não apenas com base em regras formais, mas também considerando os valores éticos e sociais subjacentes.

A alternativa E está incorreta. Embora a maioria dos estados modernos possua uma constituição escrita, o constitucionalismo não se limita a isso. Existem sistemas de constitucionalismo que operam com constituições não escritas ou com uma combinação de normas escritas e costumeiras, como no caso do Reino Unido. O constitucionalismo se refere ao conjunto de princípios e práticas que limitam o poder do governo e garantem os direitos fundamentais, independentemente da forma escrita ou não da constituição.

## **QUESTÃO 02. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.**

**I. As normas de eficácia limitada podem produzir determinados efeitos, como a não recepção de normas pré-constitucionais incompatíveis.**

**II. As normas de eficácia limitada, ainda que não regulamentadas, influem na interpretação das normas infraconstitucionais.**

**III. As normas de eficácia contida são desprovidas de eficácia até que lei as regule.**

**IV. As normas de eficácia plena são próprias do campo dos direitos fundamentais, em que se mostram capazes de produzir todos os efeitos almejados pelo legislador constituinte.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item IV está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Apenas os itens III e IV estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Em nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas para Procuradorias, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que na lição de José Afonso da Silva, as normas constitucionais classificam-se, conforme a eficácia, em: normas de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada (com suas respectivas subdivisões). Norma constitucional de eficácia plena é aquela que produz desde logo todos os seus efeitos jurídicos e não comporta a possibilidade de restrição em nível legal. São normas constitucionais que, desde a publicação da Constituição, produzem, ou podem produzir, todos os efeitos essenciais, conforme expressamente definido no texto da Lei Maior. Já a norma constitucional de eficácia contida é aquela que produz desde logo todos os seus efeitos jurídicos, mas admite algum condicionamento no âmbito legal. Já a norma constitucional de eficácia limitada é aquela que não produz desde logo todos os seus efeitos e precisa ser completada pelo legislador ordinário.

O item I está correto. Segundo a lição de José Afonso da Silva, as normas de eficácia limitada, embora não produzam todos os seus efeitos de imediato, podem sim produzir alguns efeitos, como a não recepção de normas pré-constitucionais que sejam incompatíveis com a nova ordem constitucional.

O item II está correto. As normas de eficácia limitada, mesmo sem regulamentação, podem orientar a interpretação de outras normas infraconstitucionais, influenciando o ordenamento jurídico e servindo como parâmetro para a aplicação do direito.

O item III está incorreto. As normas de eficácia contida têm plena eficácia desde a sua promulgação e produzem todos os seus efeitos, podendo ser restringidas posteriormente por leis infraconstitucionais. Portanto, não são desprovidas de eficácia até regulamentação, como afirma o item.

O item IV está incorreto. Embora muitas normas de eficácia plena estejam relacionadas aos direitos fundamentais, nem todas as normas de direitos fundamentais têm eficácia plena. Algumas podem depender de regulamentação infraconstitucional para serem plenamente aplicáveis, o que torna a afirmativa generalizada incorreta.

Desta forma, considerando que os itens I e II estão corretos e que os itens III e IV estão incorretos. A alternativa C está correta e é o gabarito da questão, enquanto as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 03. No que concerne aos direitos e aos deveres individuais e coletivos, bem como aos direitos sociais, de nacionalidade e políticos, assinale a opção correta.**

**a) Devido à liberdade de crença, a Constituição Federal de 1988 (CF) não admite o proselitismo religioso.**

**b) Na determinação da nacionalidade dos brasileiros, a Constituição Federal de 1988 (CF) adota exclusivamente o critério territorial (jus soli).**

**c) Ao tratar dos direitos políticos, a Constituição Federal de 1988 (CF) admite, apenas em caráter excepcional, candidaturas avulsas, isto é, de não filiados a algum partido político.**

**d) O direito a não ser torturado é exemplo de direito fundamental de caráter absoluto.**

**e) Em virtude da proteção constitucional à intimidade, nenhuma informação sobre a vida das pessoas pode ser divulgada sem o consentimento delas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de vários temas: direitos e aos deveres individuais e coletivos, bem como aos direitos sociais, de nacionalidade e políticos.

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADI 2566, decidiu que a liberdade religiosa não é exercível apenas em privado, mas também no espaço público. Isso inclui o direito de tentar convencer os outros, por meio do ensinamento, a mudar de religião. Portanto, o discurso proselitista é inerente à liberdade de expressão religiosa.

A alternativa B está incorreta. A Constituição Federal adota tanto o critério do jus soli quanto o do jus sanguinis para a determinação da nacionalidade, conforme estabelecido no artigo 12 da CF. Assim, a nacionalidade pode ser determinada pelo local de nascimento (jus soli) ou pela ascendência (jus sanguinis).

A alternativa C está incorreta. A Constituição Federal exige a filiação partidária como condição de elegibilidade, conforme o artigo 14, § 3º, V. Embora o STF tenha afetado o Tema 974 em repercussão geral, ainda não há decisão permitindo candidaturas avulsas.

A alternativa D está correta. Embora a maioria dos direitos fundamentais seja relativa, a doutrina majoritária, incluindo autores como Norberto Bobbio, reconhece que certos direitos são absolutos. Entre esses direitos está o direito de não ser torturado, que é considerado um direito fundamental absoluto.

A alternativa E está incorreta. O STF, no julgamento da ADI 4815, sobre as biografias não autorizadas, determinou que deve haver um balanceamento entre o direito à liberdade de expressão e o direito à intimidade, privacidade, honra e imagem. Portanto, a divulgação de informações sobre a vida de uma pessoa pode ocorrer sem o seu consentimento, desde que seja respeitado esse balanceamento de direitos.

**QUESTÃO 04. Com relação aos municípios e à autonomia municipal na Federação, assinale a opção correta.**

**a) Nos casos de cometimento de crime comum, não nos de responsabilidade, prefeitos são julgados no primeiro grau de jurisdição.**

**b) A competência legislativa suplementar dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local decorre de competência concorrente.**

**c) Os vereadores são invioláveis pelas declarações que derem no exercício do mandato, em todo o território do respectivo estado da Federação.**

**d) Lei orgânica municipal somente pode ser aprovada por quórum de dois terços da câmara de vereadores municipal.**

**e) Devido à autonomia política dos municípios, cabe-lhes dispor livremente sobre o regime jurídico aplicável aos prefeitos e vice-prefeitos municipais.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema autonomia municipal. Em nosso material do Estratégia Carreiras Jurídicas, Direito Constitucional, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que os Municípios, na qualidade de pessoas políticas autônomas, possuem competências administrativas e legislativas enumeradas na Constituição Federal, estando a maioria delas no artigo 30 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Súmula 702 do STF, a competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual. Nos demais casos, a competência originária cabe ao respectivo tribunal de segundo grau.

A alternativa B está incorreta. A competência legislativa suplementar dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local decorre da competência estabelecida pelo artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que especifica que os municípios legislam sobre assuntos de interesse local de forma independente.

A alternativa C está incorreta. A inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato se restringe ao território do município. Conforme decidido no RE 600063 pelo STF, essa proteção não se estende a todo o estado.

A alternativa D está correta. De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal, a aprovação da lei orgânica do município exige um quórum de dois terços dos membros da câmara de vereadores, em dois turnos de votação.

A alternativa E está incorreta. Embora os municípios possuam autonomia política, administrativa e financeira, eles não têm liberdade irrestrita para dispor sobre o regime jurídico dos prefeitos e vice-prefeitos, pois devem seguir as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal. Exemplo de Autonomia dada ao Município: Dupla vacância dos cargos de prefeito e vice-prefeito. Competência legislativa municipal. Domínio normativo da lei orgânica. (...) A vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito põe-se no âmbito da autonomia política local, em caso de dupla vacância. Ao disciplinar matéria, cuja competência é exclusiva dos Municípios, o art. 75, § 2º, da Constituição de Goiás fere a autonomia desses entes, mitigando-lhes a capacidade de auto-organização e de autogoverno e limitando a sua autonomia política assegurada pela Constituição brasileira. [ADI 3.549, rel. min. Cármen Lúcia, j. 17-9-2007, P, DJ de 31-10-2007.] Exemplo de Restrição desta Autonomia: O inciso XIV do art. 29 da Constituição do Brasil/1988 estabelece que as prescrições do art. 28 relativas à perda do mandato de governador aplicam-se ao prefeito, qualificando-se, assim, como preceito de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros e Municípios. Não é permitido a esses entes da Federação modificar ou ampliar esses critérios. Se a Constituição do Brasil não sanciona com a perda do cargo de governador ou o prefeito que assumiu cargo público em virtude de concurso realizado após sua eleição, não podem fazê-los as Constituições estaduais. [ADI 336, voto do rel. min. Eros Grau, j. 10-2-2010, P, DJE de 17-9-2010.]

**QUESTÃO 05. A respeito da advocacia pública, assinale a opção correta.**

- a) Por não ser judicial, a atividade de consultoria jurídica dos advogados públicos não é considerada função essencial à justiça.**
- b) A advocacia pública contempla a defesa do direito e da justiça e a defesa de interesses da administração pública e dos gestores públicos.**
- c) Não cabe à advocacia pública exercer modalidade de controle da administração pública.**
- d) A atuação da advocacia pública é predominantemente de cunho preventivo.**
- e) Diversamente dos servidores públicos em geral, os advogados públicos adquirem estabilidade no cargo após dois anos de estágio probatório.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, que é o gabarito esperado. Todavia, há a possibilidade de ser considerada correta a **letra B**. A questão, que trata do tema advocacia pública, é ambígua, na medida em que não se vale do texto expresso da Constituição ou de jurisprudência ou doutrina já consolidadas. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que a advocacia pública foi contemplada na Constituição Federal de 1988, no Capítulo das Funções Essenciais à Justiça (artigos 131 e 132), para representar os entes federativos, judicial e extrajudicialmente, e para desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. A qualificação da advocacia pública como função essencial à Justiça é inteiramente acertada, uma vez que os conflitos de interesses devem ser levados ao Judiciário, necessariamente, por meio de procurador, que é quem tem a capacidade para postular em juízo em favor da correta interpretação da lei.

A alternativa A está incorreta. Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/88), Art. 131, a Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, e realiza atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Portanto, a atividade de consultoria jurídica dos advogados públicos é sim considerada função essencial à justiça.

A alternativa B está incorreta, embora haja a possibilidade desta alternativa ser considerada correta. Ela inicia corretamente, mas ao colocar como função das Procuradorias a defesa/representação dos gestores públicos entra em matéria bastante controversa. Alguns novos diplomas trazem essa previsão, como o art. 10 da Nova Lei de Licitações e a Nova Lei de Improbidade Administrativa. Contudo, tem-se entendido que as procuradorias não têm o dever-obrigação de defender gestores públicos, mas somente que poderão fazê-lo, sempre que a atuação do gestor tiver se dado dentro do exercício de sua função pública e em prol do ente público. A procuradoria, na verdade, deve sempre agir em prol do ente federado respectivo.

A alternativa C está incorreta. A advocacia pública auxilia o controle interno. Veja-se que o próprio artigo 131 da Constituição atribui essa função de realizar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

A alternativa D está correta, uma vez que aponta que as procuradorias atuam predominantemente na prevenção. Sem dúvidas a função preventiva dos procuradores é essencial para que atos contrários ao interesse público sejam praticados. A dúvida quanto à alternativa fica em relação ao advérbio

predominantemente. Na prática, é difícil apurar quanto da atuação se dá em ações repressivas e na atuação judicial em defesa do ente e quanto se dá na precaução. A partir desse cenário, a letra D parece a alternativa mais correta ou “menos errada”. Todavia, consideradas as sutilezas interpretativas que a redação das alternativas D e B permitem, sugere-se o recurso quanto a essa questão para aqueles que marcaram a alternativa B; isso, é claro, após a definição do gabarito pela banca.

A alternativa E está incorreta. A estabilidade para advogados públicos é adquirida após três anos de estágio probatório, conforme o parágrafo único do Art. 132 da CF/88, assim como para os demais servidores públicos (Art. 41).

#### **QUESTÃO 06. Assinale a opção correta em relação ao controle de constitucionalidade.**

**a) Nos países onde há sistema de controle concentrado de constitucionalidade, é competência privativa da suprema corte apreciar a compatibilidade das normas infraconstitucionais com a constituição.**

**b) O controle de constitucionalidade por ação tem como objeto normas contrárias ao sistema constitucional e, por isso, identifica-se com o controle formal de constitucionalidade.**

**c) Por motivo de segurança das relações jurídicas, os efeitos das decisões judiciais no controle concreto de constitucionalidade são, em regra, ex nunc, isto é, não retroativos.**

**d) O controle de constitucionalidade no Brasil parte da premissa de que compete exclusivamente ao Poder Judiciário a guarda da Constituição.**

**e) No Brasil, pode haver reconhecimento de inconstitucionalidade de uma norma de forma superveniente à promulgação dela, por mudança hermenêutica.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pela professora Nelma Santana, você verá que quando se inicia o estudo sobre o controle de constitucionalidade, algumas ideias principais devem estar bem delineadas. Em primeiro lugar, devemos estar cientes da ideia de supremacia da Constituição. Essa supremacia estará presente nas Constituições rígidas. Assim, a Constituição será parâmetro de controle, devendo as normas infraconstitucionais observarem suas diretrizes, valores, princípios e regras. Ademais, a doutrina aponta como pressuposto do controle de constitucionalidade a existência de um Tribunal Constitucional, bem como a existência de uma sanção para a lei ou ato normativo considerado inconstitucional. Assim, podemos resumir os seguintes pressupostos para o controle de constitucionalidade: - Constituição suprema, fundamento de validade e parâmetro de controle. - Constituição rígida. - Tribunal Constitucional. - Existência de uma sanção para a lei ou ato normativo. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos conceituar o controle de constitucionalidade como a fiscalização e verificação da compatibilidade da lei ou ato normativo com a Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. Nos países com sistema de controle concentrado de constitucionalidade, a suprema corte geralmente exerce essa função. No entanto, esse controle não é exclusivamente privativo dessa corte. No Brasil, por exemplo, há o controle difuso de constitucionalidade exercido pelos

demais órgãos do Poder Judiciário, além do controle concentrado realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, os tribunais de justiça estaduais também podem exercer o controle de normas constitucionais estaduais.

A alternativa B está incorreta. O controle de constitucionalidade por ação pode abranger tanto o controle formal quanto o controle material. O controle formal se refere ao procedimento de elaboração da norma, enquanto o controle material se refere ao conteúdo da norma em relação à Constituição. Portanto, o controle de constitucionalidade por ação não se identifica apenas com o controle formal.

A alternativa C está incorreta. No controle concreto de constitucionalidade, os efeitos das decisões judiciais são, em regra, *ex tunc*, ou seja, retroativos. Isso significa que a declaração de inconstitucionalidade de uma norma implica que ela é considerada nula desde a sua origem, afetando situações passadas.

A alternativa D está incorreta. No Brasil, o controle de constitucionalidade não é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário. Embora o Judiciário tenha um papel central, especialmente o STF, os Poderes Executivo e Legislativo também exercem funções de controle de constitucionalidade. O Executivo, por exemplo, pode vetar projetos de lei por inconstitucionalidade, e o Legislativo pode rever e alterar leis que considere inconstitucionais.

A alternativa E está correta. Em nosso ordenamento jurídico, é possível reconhecer a inconstitucionalidade de uma norma de forma superveniente à sua promulgação devido a mudanças hermenêuticas. Isso pode ocorrer através da mutação constitucional, onde a interpretação da Constituição evolui ao longo do tempo, podendo levar à declaração de inconstitucionalidade de normas que anteriormente eram consideradas constitucionais. Além disso, há a possibilidade de inconstitucionalidade progressiva, onde uma norma inicialmente constitucional pode tornar-se inconstitucional em função de mudanças nas circunstâncias ou na interpretação jurídica. O próprio STF não está vinculado às suas decisões anteriores e pode modificar seu entendimento conforme novas interpretações.

**QUESTÃO 07. Com base nas disposições da Lei n.º 11.417/2006 referentes às súmulas vinculantes, assinale a opção correta.**

**a) Em regra, uma súmula vinculante pode ser aprovada com base em apenas um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) se a maioria dos membros dessa corte o considerar de repercussão geral.**

**b) Não é cabível reclamação constitucional sob a alegação de descumprimento de súmula vinculante pela administração pública.**

**c) A existência de processo para edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não gera a suspensão de processos judiciais que tenham o mesmo tema como objeto.**

**d) A aprovação de súmula vinculante depende de voto da maioria absoluta do Supremo Tribunal Federal (STF).**

**e) Não é admitida a participação de terceiros no processo de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Súmulas Vinculantes. A questão cobrou a literalidade do texto da Lei n. 11.417 de 2006.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 2º, § 3º da Lei n.º 11.417/2006, a edição, revisão e cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependem de decisão tomada por dois terços (2/3) dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF) em sessão plenária. Portanto, não basta a maioria simples e um único julgamento para a aprovação de uma súmula vinculante.

A alternativa B está incorreta. O artigo 7º da Lei n.º 11.417/2006 prevê que cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal contra decisão judicial ou ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente. Portanto, é cabível a reclamação constitucional nesse contexto.

A alternativa C está correta. O artigo 6º da Lei n.º 11.417/2006 estabelece que a proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão. Assim, a existência de processo para edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante não interfere na continuidade dos processos judiciais em andamento.

A alternativa D está incorreta. A decisão de aprovação de uma súmula vinculante requer o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros do Supremo Tribunal Federal, conforme previsto no artigo 2º, § 3º da Lei n.º 11.417/2006. Portanto, não é suficiente a maioria absoluta para a aprovação.

A alternativa E está incorreta. Segundo o artigo 3º, § 2º da Lei n.º 11.417/2006, no procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o relator pode admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros, conforme o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Isso significa que a participação de terceiros é permitida nesses processos.

**QUESTÃO 08. Assinale a opção correta de acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá — PGM Cuiabá (Lei Complementar n.º 208/2010).**

**a) Não obstante a PGM Cuiabá seja regida pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, ela pode, em certos casos, transigir em demandas judiciais de interesse do município.**

**b) Entre os órgãos de execução administrativa da PGM Cuiabá, está incluído o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Capacitação (CEFAP).**

**c) A Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos deve examinar a juridicidade de todas as proposições legislativas em trâmite na Câmara Municipal de Cuiabá.**

**d) No tocante ao interesse fiscal do município de Cuiabá, compete à respectiva PGM atuar apenas nas seguintes classes processuais: execuções fiscais, ações de repetição de indébito, mandados de segurança e ações declaratórias e anulatórias.**

**e) Havendo necessidade de esclarecimento ou informação para a defesa do interesse do município de Cuiabá, o procurador deverá solicitar ao gabinete do prefeito municipal que requisite os elementos pertinentes ao órgão ou ente que os detenha.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá. A questão trata da literalidade dos dispositivos indicados na Lei Complementar Municipal de Cuiabá-MT n. 208/2010.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 8º, XIX, da Lei Complementar n.º 208/2010, são atribuições do Procurador-Geral do Município: "desistir, transigir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse do Município." Isso permite, em certos casos, a transigência em demandas judiciais, respeitando o princípio da indisponibilidade do interesse público.

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 4º, IV, da referida lei, os órgãos de execução administrativa da Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá incluem: a) Unidade de Registro e Controle de Feitos; b) Gabinete do Procurador-Geral, que compreende a Assessoria do Procurador-Geral; c) Coordenadoria Administrativa-Financeira (CAF), que abrange o Serviço de Pessoal e Finanças, Serviço de Atividades Gerais e Serviço Técnico de Informática. O Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Capacitação (CEFAP) não é mencionado como órgão de execução administrativa.

A alternativa C está incorreta. O artigo 22 da Lei Complementar n.º 208/2010 estabelece as competências da Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos, que incluem emitir pareceres sobre o regime jurídico e previdenciário dos servidores públicos municipais, opinar sobre a organização do serviço público e elaborar ou revisar minutas de projetos de lei e outros atos normativos quando solicitado. Não inclui a responsabilidade de examinar a juridicidade de todas as proposições legislativas em trâmite na Câmara Municipal de Cuiabá.

A alternativa D está incorreta. O artigo 17 da lei especifica que as atribuições da Procuradoria Fiscal incluem representar o município em defesa dos interesses fiscais em ações judiciais, orientar e fiscalizar os serviços da Procuradoria Fiscal, supervisionar a Gerência da Dívida Ativa, e efetuar parcelamento de débitos, entre outras atividades. As classes processuais mencionadas na alternativa não são limitativas das competências da Procuradoria Fiscal.

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 3º, X, da Lei Complementar n.º 208/2010, cabe à própria Procuradoria-Geral requisitar diretamente, com atendimento prioritário, aos órgãos e entidades da administração municipal, as certidões, cópias, exames, informações, diligências e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades institucionais. Portanto, não é necessário que o procurador solicite ao gabinete do prefeito para obter tais elementos.

**QUESTÃO 09. Considerando a função social da propriedade e seu regime constitucional, assinale a opção correta.**

**a) A CF adota o mesmo regime jurídico para as propriedades urbanas e rurais.**

**b) Sem embargo da função social da propriedade, o titular do direito de propriedade não pode ser sancionado pela falta de uso do imóvel dele.**

**c) A previsão constitucional da função social da propriedade, na prática, esvazia o conteúdo jurídico do direito à propriedade.**

**d) A obrigação de que a propriedade atenda a deveres para com a comunidade surgiu com a promulgação da CF.**

**e) As normas sobre a função social da propriedade impõem condicionantes ao proprietário, que deve submeter-se a certos interesses da coletividade.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema função social da propriedade. Em nosso material de Direito Civil do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pelo professor Paulo Sousa, você verá que, em grandes linhas, distingue-se a função social da propriedade a partir de dois grandes eixos: a função social da propriedade imobiliária urbana (tratada nos arts. 182 e 183 da CF/1988) e a função social da propriedade imobiliária rural (arts. 184 a 191 da CF/1988). Na primeira, configura-se a função social da propriedade adotando-se como parâmetro as diferentes realidades locais existentes no país. Ao invés de unificar uma compreensão sobre os critérios para verificação da função social da propriedade urbana, o constituinte remete à realidade particular dos municípios essa averiguação. Assim, nos termos do §2º do art. 182, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor. A função social da propriedade urbana desdobra-se, então, em três diplomas legislativos: a Constituição Federal; o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001 –, que desenvolve os mecanismos para tratamento da propriedade tal como estabelecido constitucionalmente; e o Plano Diretor, que apresenta os critérios de ordenação urbana no específico município. A principal sanção pelo descumprimento da função social da propriedade urbana é a desapropriação para posterior parcelamento, edificação ou utilização, prevista no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal de 1988 estabelece regimes jurídicos distintos para propriedades urbanas e rurais. Para a propriedade urbana, o artigo 182, §2º, determina que ela cumpre sua função social quando atende às exigências do plano diretor do município. Por outro lado, o artigo 186 estabelece que a função social da propriedade rural é cumprida quando ela atende a requisitos como aproveitamento racional, preservação do meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

A alternativa B está incorreta. O titular do direito de propriedade pode ser sancionado pela falta de uso do imóvel. Para imóveis urbanos, o não cumprimento da função social pode resultar em medidas como a desapropriação para parcelamento ou edificação, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Para propriedades rurais, o não cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 186 da Constituição também pode levar a sanções, como a desapropriação para fins de reforma agrária.

A alternativa C está incorreta. A obrigação de que a propriedade atenda a deveres para com a comunidade não surgiu com a Constituição de 1988. A Constituição Federal de 1967 já previa a função social da propriedade. O artigo 157, III, dessa Constituição, estabelecia que a ordem econômica deveria realizar a justiça social, com base no princípio da função social da propriedade.

A alternativa D está incorreta. Desde a Constituição Federal de 67, há previsão de exigências da função social da propriedade. Veja-se o disposto no seu Art. 157, III: Art 157 - A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: (...) III - função social da propriedade;

A alternativa E está correta. As normas sobre a função social da propriedade impõem condicionantes ao proprietário, que deve submeter-se a certos interesses da coletividade. A função social da propriedade, conforme os artigos 182 e 186 da Constituição Federal, exige que tanto as propriedades urbanas quanto as rurais atendam a determinados requisitos e cumpram deveres específicos que beneficiem a sociedade em geral.

**QUESTÃO 10. Acerca do direito à saúde no ordenamento jurídico pátrio e do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os próximos itens.**

**I. A CF adota o modelo de financiamento múltiplo do SUS.**

**II. De acordo com o STF, apesar do caráter fundamental do direito à saúde, o poder público não tem o dever de fornecer medicamentos experimentais para tratamentos médicos.**

**III. No contexto da pandemia de covid-19, decisão do STF entendeu o Poder Executivo federal como ente central na coordenação de ações de saúde, sem impedimento, entretanto, de que estados e municípios adotassem, em tal contexto, medidas restritivas para proteção sanitária no respectivo território.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema direito à saúde.

O item I está correto. O artigo 198, §1º da Constituição Federal dispõe que o Sistema Único de Saúde (SUS) será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. Isso configura um modelo de financiamento múltiplo, baseado em fontes específicas de recursos públicos.

O item II está correto. Conforme o Tema 500 do STF (Leading Case: RE 657718), o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. A ausência de registro na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. Excepcionalmente, é possível a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário em caso de mora irrazoável da ANVISA, quando preenchidos três requisitos: (i) existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, exceto no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras; (ii) existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) inexistência de substituto

terapêutico com registro no Brasil. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA devem ser propostas em face da União.

O item III está correto. No contexto da pandemia de covid-19, a decisão do STF na ADPF 672 determinou que, embora o Poder Executivo federal tenha um papel central na coordenação de ações de saúde, isso não impede que estados e municípios adotem medidas restritivas para proteção sanitária em seus respectivos territórios. A decisão destacou que o Poder Executivo federal não pode afastar unilateralmente as medidas adotadas pelos governos estaduais, distrital e municipais, como distanciamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições ao comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas.

Logo, considerando que todos os itens estão corretos, a alternativa E está correta e as demais alternativas, A, B, C e D estão incorretas.

**QUESTÃO 11. A respeito dos princípios administrativos, assinale a opção correta.**

**a) Pelo princípio da autotutela administrativa a administração pública tem a prerrogativa de anular seus próprios atos que tenham sido ilegalmente praticados, e, se do ato nulo decorrerem efeitos favoráveis a terceiros, a anulação deverá ser precedida de regular processo administrativo.**

**b) A súmula vinculante que versa sobre a vedação ao nepotismo representa meio de assegurar o princípio da moralidade, porém não se aplica aos servidores que já exerciam cargo público no momento da edição do seu enunciado, em razão da proteção ao direito adquirido.**

**c) O princípio da supremacia do interesse público tem caráter absoluto, de modo que, em qualquer caso, havendo confronto com o interesse do particular, prevalecerá o interesse público.**

**d) O direito de greve dos servidores públicos deve ser exercido nos termos da Constituição Federal de 1988, não sendo necessário constituir norma específica definida em lei, em observância ao princípio da segurança jurídica.**

**e) Em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público, é vedada à administração pública a adoção de meios alternativos de solução de controvérsias, como a arbitragem.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. Trata-se de questão pertinente ao tema princípios da administração pública.

A alternativa A está correta, porquanto em linha com o entendimento externado pelo STF, em repercussão geral (Tema 138), cuja tese restou assim redigida: “Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.” (RE 594296, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 21-09-2011)

A alternativa B está incorreta, uma vez que a Súmula Vinculante 13 do STF, que trata da vedação ao nepotismo, tem aplicabilidade imediata, inclusive sobre servidores ocupantes de cargos públicos quando da edição do aludido enunciado. Afinal, seu conteúdo apenas declarou proibição que já poderia ser extraída dos princípios constitucionais. Ademais, não há que se falar em um pretensão direito adquirido à permanência de uma situação jurídica inconstitucional, como seria o caso de nomeação baseada em nepotismo.

A alternativa C está incorreta. Inexistem princípios absolutos, tampouco se deve cogitar de hierarquia entre princípios informativos da administração. Havendo conflito entre tais postulados, deve-se aplicar a técnica de ponderação, a fim de verificar, no caso concreto, qual princípio deve preponderar. Ademais, o princípio da supremacia do interesse público encontra, sim, limites na necessidade de que sejam respeitados os direitos e garantias individuais e coletivos.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que foi colocado neste item, assim determina o art. 37, VII, da CRFB: “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;”. Deveras, embora ainda não haja lei específica destinada aos servidores públicos, para tal finalidade, o STF, analisando mandados de injunção, firmou compreensão no sentido de que seja aplicada, no que couber, a Lei 7.783/89, que se direciona aos trabalhadores da iniciativa privada, até que sobrevenha diploma legal específico relativo aos servidores públicos.

A alternativa E está incorreta, uma vez que inexistente a alegada vedação, à administração pública, para a adoção de meios alternativos de solução de controvérsias, como a arbitragem. Pelo contrário, há diversos diplomas legais que expressamente admitem tal possibilidade, valendo como exemplo o teor do art. 10-B do Decreto-lei 3.365/41 (Lei Geral de Desapropriações): “Feita a opção pela mediação ou pela via arbitral, o particular indicará um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação.”

**QUESTÃO 12. Julgue os itens a seguir, relativos aos poderes da administração pública e ao seu controle.**

**I. Tradicionalmente, a doutrina administrativista entende que os atos administrativos discricionários, em regra, só podem ser objeto de controle judicial quanto aos seus aspectos vinculados.**

**II. O desvio de poder, espécie de abuso de poder, consiste na atuação do agente fora dos limites de sua competência.**

**III. É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta, de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Nenhum item está certo.**

**b) Apenas os itens I e II estão certos.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A presente questão abordou o tema atos administrativos, poderes administrativos e mecanismos de controle.

A assertiva I está correta. De fato, segundo concepção mais tradicional de nossa doutrina, no caso de atos discricionários, vale dizer, que admitem juízo de conveniência e oportunidade, é viável que o controle judicial se opere em relação aos elementos vinculados do ato, quais sejam, competência, finalidade e forma. De seu turno, no tocante aos elementos que admitem discricionariedade, prevalece a impossibilidade de reexame do mérito administrativo, ou seja, não é dado ao Judiciário reavaliar os critérios legitimamente adotados pela Administração, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

A assertiva II está incorreta. Em verdade, a descrição ali contida não corresponde à figura do desvio de poder, vício que recai no elemento finalidade, mas sim ao excesso de poder, que constitui vício a incidir sobre o elemento competência. Com efeito, quando o agente atua fora dos limites de suas atribuições legais, tem-se o excesso, e não o desvio de poder.

A assertiva III está correta, uma vez que seu conteúdo exhibe, com exatidão, o entendimento fixado pelo STF, em repercussão geral (Tema 532), *in verbis*: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.”

### **QUESTÃO 13. Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado.**

**a) Ação indenizatória por danos causados por agente público pode ser ajuizada contra o Estado ou contra o agente público responsável, a critério da pessoa lesada, em razão do princípio da reparação integral.**

**b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em relação não apenas aos usuários, mas também a terceiros não usuários dos serviços.**

**c) O prazo prescricional de pretensão indenizatória decorrente da responsabilidade civil do Estado é de três anos, conforme o Código Civil, a contar do momento em que ocorrido o dano, consoante o princípio da actio nata.**

**d) O Estado responde objetivamente por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, independentemente da demonstração de nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.**

**e) O ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria do risco integral, de maneira que a responsabilidade civil do Estado será afastada quando o evento danoso decorrer de culpa exclusiva da vítima.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. Cuida-se de questão relativa ao tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, o STF firmou compreensão, em repercussão geral (Tema 940), na linha da ilegitimidade passiva do agente público para responder diretamente perante a vítima, como se vê da leitura da respectiva tese: “A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” (RE 1027633, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2019)

A alternativa B está correta, porquanto afinada com a tese adotada pelo STF, em repercussão geral (Tema 130): “A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.” (RE 591874, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 26-08-2009).

A alternativa C está incorreta, eis que o STJ firmou entendimento no sentido de que o prazo prescricional de pretensão indenizatória contra o Estado é de 5 (cinco) anos, e não de 3 (três) anos, aplicando-se o disposto no art. 1º do Decreto 20.910/32, ao invés do Código Civil. No ponto, confira-se: “(...)o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.” (REsp 1251993/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 19/12/2012)

A alternativa D está incorreta, visto que contraria a tese firmada pelo STF, em repercussão geral (Tema 362), que foi assim redigida: “Nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexu causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada”. (RE 608880, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020).

A alternativa E está incorreta, considerando que a teoria adotada em nosso ordenamento jurídico, acerca da responsabilidade civil do Estado, não é a do risco integral, mas sim a teoria do risco administrativo, extraída do art. 37, §6º, da CRFB.

**QUESTÃO 14. No que concerne às normas de direito administrativo veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.**

**a) Segundo a jurisprudência do STF, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, estando incluídas na definição**

de erro grosseiro as noções de imprudência, negligência e imperícia, quando efetivamente graves.

b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, adotando-se como parâmetro o ideal do administrador perfeito, em paralelo à figura do legislador racional.

c) A revisão, nas esferas administrativa controladora ou judicial, da validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado deve levar em conta as orientações gerais vigentes na data da revisão, considerado o poder de autotutela administrativa.

d) Considerada a máxima segundo a qual os fins não justificam os meios, não se levarão em conta na esfera administrativa, as consequências práticas das decisões, devendo o administrador pautar-se por valores jurídicos abstratos.

e) Em qualquer órgão dos três Poderes, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, deverá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Trata-se de questão que versou acerca das normas de direito administrativo veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa A está correta, uma vez que em perfeita sintonia ao que restou decidido pelo STF, em controle concentrado de constitucionalidade, conforme tese assim externada: “1. Compete ao legislador ordinário dimensionar o conceito de culpa previsto no art. 37, § 6º, da CF, respeitado o princípio da proporcionalidade, em especial na sua vertente de vedação à proteção insuficiente. 2. Estão abrangidas pela ideia de erro grosseiro as noções de imprudência, negligência e imperícia, quando efetivamente graves.” (ADI 6421, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 11-03-2024)

A alternativa B está incorreta, porquanto agride o teor do art. 22, *caput*, da LINDB, que assim estabelece: “Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados”.

A alternativa C está incorreta, eis que em manifesto desacordo ao que preceitua o art. 24, *caput*, da LINDB, no seguinte sentido: “A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.”

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que afronta o teor do art. 20, *caput*, da LINDB, que assim estabelece: “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.”

A alternativa E está incorreta, visto que destoa do teor do art. 29, *caput*, da LINDB, da leitura do qual extrai-se: “Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa,

salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.”

**QUESTÃO 15. Em relação aos agentes públicos, julgue os itens que se seguem, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).**

**I. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.**

**II. A justiça do trabalho é a instância competente para julgar a abusividade de greve de agentes públicos celetistas da administração direta, das autarquias e das fundações de direito público.**

**III. A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos da Constituição Federal de 1988 não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

**IV. Nada obstante compatível com o regime de subsídio, sobretudo quando estruturado como um modelo de remuneração por performance, com vistas à eficiência do serviço público, o pagamento de verbas honorárias sucumbenciais a advogados públicos não afasta a incidência do teto remuneratório.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e II.**

**b) I e IV.**

**c) II e III.**

**d) I, III e IV.**

**e) II, III e IV.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão em que foram cobrados conhecimentos pertinentes ao tema agentes públicos.

A assertiva I está correta, pois seu teor exhibe a literalidade da Súmula 686 do STF: “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.”

A assertiva II está incorreta, porquanto em desacordo ao entendimento firmado por nossa Suprema Corte, em repercussão geral (Tema 544), cuja tese assim preceitua: “A Justiça Comum Federal ou Estadual é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público”. (RE 846854, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 01-08-2017)

A assertiva III está correta, na medida em que se ajusta à compreensão fixada pelo STF, como se vê do seguinte trecho de julgado: “Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.” (RE 765320 RG, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 15-09-2016).

A assertiva IV está correta, visto que seu teor se ajusta ao entendimento do Supremo, em repercussão geral, conforme tese de seguinte redação: “É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos, observando-se, porém, o limite remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição”. (ADI 6159, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 24-08-2020)

#### **QUESTÃO 16. A respeito da organização administrativa, assinale a opção correta**

**a) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de autarquia, de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública.**

**b) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação pública.**

**c) Os serviços sociais autônomos, por serem custeados por contribuições sociais instituídas pela União, integram a administração indireta federal.**

**d) A criação de subsidiárias das empresas públicas e das sociedades de economia mista independe de lei, bastando aprovação por assembleia.**

**e) Na administração direta, estão compreendidos os órgãos que integram a pessoa federativa titular da atividade administrativa, abrangidas todas as pessoas jurídicas de direito público, como as autarquias e as fundações públicas.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A presente questão exigiu domínio relativamente ao tema organização da administração pública.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, na verdade, a técnica de autorização legal, para fins de criação de entidades da administração indireta, não se aplica às autarquias, tendo em vista que essas últimas são criadas diretamente por meio de lei. Nesse sentido, o teor do art. 37, XIX, da CRFB: “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”.

A alternativa B está correta, pois seu teor exhibe o entendimento adotado pelo STF, consoante trecho de julgado a seguir transcrito: “A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de

economia mista exige autorização legislativa e licitação pública.” (ADI 5624 MC-Ref, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 06-06-2019).

A alternativa C está incorreta, visto que os serviços sociais autônomos são entidades privadas, sem finalidade lucrativa, integrantes do chamado Terceiro Setor, que atuam ao lado do aparelho estatal desenvolvendo atividades socialmente relevantes. Assim sendo, não compõem a administração indireta, tal como foi aqui erroneamente sustentado pela Banca.

A alternativa D está incorreta, porquanto viola a norma do art. 37, XX, da CRFB, em vista do qual “depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada”.

A alternativa E está incorreta, tendo em conta que autarquias e fundações públicas integram, na verdade, a administração indireta, e não a direta, tal como aqui restou indevidamente sustentado pela Banca.

**QUESTÃO 17. Com base na Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.**

**a) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, devendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definir em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.**

**b) A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante, mediante a demonstração do cumprimento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas.**

**c) A adoção do sistema de registro de preços implica compromisso de fornecimento do objeto pelo licitante vencedor, conforme as condições estabelecidas no edital de licitação, gerando àquele, em contrapartida, direito subjetivo à contratação.**

**d) As normas gerais de licitação e contratação previstas na referida lei são aplicáveis à administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como às empresas públicas e as sociedades de economia mista.**

**e) Quando não surgirem licitantes interessados ou não forem apresentadas propostas válidas, será inexigível a licitação para a contratação, devendo ser mantidas as condições definidas no edital de licitação, desde que lançado há menos de 1 ano.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. Cuida-se de questão atinente ao tema licitações, com disciplina prevista na Lei 14.133/2021.

A alternativa A está correta, tendo em vista que seu teor corresponde à combinação do art. 20, *caput* e §1º, do citado diploma legal. No ponto, de acordo com o *caput*, “Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos

de luxo.” Por seu turno, assim reza o §1º: “Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.”

A alternativa B está incorreta, considerando que a habilitação econômico-financeira é demonstrada, na verdade, “por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório”, a teor do art. 69 da Lei 14.133/2021. Por sua vez, a demonstração do cumprimento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas relaciona-se, é claro, com as habilitações fiscal, social e trabalhista, cuja disciplina está prevista no art. 68 daquele mesmo diploma.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o Sistema de Registro de Preço não gera o alegado direito subjetivo à contratação, em favor do licitante vencedor, conforme se depreende do teor do art. 83 da Lei 14.133/2021: “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.

A alternativa D está incorreta, visto que as normas previstas na sobredita lei não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista reguladas pela Lei 13.303/2016, como se extrai da norma do art. 1º, §1º, da Lei 14.133/2021: “Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei”.

A alternativa E está incorreta, considerando que a hipótese aqui descrita pela Banca não constitui hipótese de inexigibilidade, e sim de licitação dispensável, a teor do art. 75, III, “a”, da Lei 14.133/2021, *litteris*: “É dispensável a licitação: (...) para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;”.

**QUESTÃO 18. Assinale a opção correta à luz da Lei de Improbidade Administrativa em vigor (Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações).**

**a) A indisponibilidade de bens, quando decretada, recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário sem incidir sobre valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.**

**b) Na ação de improbidade administrativa, para decretação cautelar de indisponibilidade de bens do réu, basta a demonstração da probabilidade do direito alegado, sendo presumido o perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.**

**c) A sentença que concluir pela carência de ação ou pela improcedência do pedido formulado em ação de improbidade administrativa estará sujeita ao reexame obrigatório.**

**d) As ações de improbidade administrativa não estão sujeitas à prescrição intercorrente.**

**e) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres de ente público.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Trata-se de questão relativa ao tema improbidade administrativa, com disciplina prevista na Lei 8.429/92 (LIA).

A alternativa A está correta, pois afinada com a regra do art. 16, §10, da LIA, que assim preconiza: “A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o art. 16, §3º, da LIA exige, sim, efetiva demonstração do perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, para fins de decretação da indisponibilidade de bens. No ponto, confira-se: “O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o *caput* deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.”

A alternativa C está incorreta, visto que em manifesto confronto à regra do art. 17, §19, IV, da LIA, segundo o qual verifica-se não se aplicar o reexame obrigatório nos casos de improcedência do pedido ou de extinção sem resolução de mérito. A propósito, confira-se: “Não se aplicam na ação de improbidade administrativa: (...)o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito”.

A alternativa D está incorreta, considerando que a prescrição intercorrente encontra-se expressamente prevista na norma do art. 23, §8º, da LIA, que assim preceitua: “O juiz ou o tribunal, depois de ouvido o Ministério Público, deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora e decretá-la de imediato, caso, entre os marcos interruptivos referidos no § 4º, transcorra o prazo previsto no § 5º deste artigo.”

A alternativa E está incorreta, tendo em conta que não mais se pode falar no cometimento de ato de improbidade administrativa por meio de condutas meramente culposas, sendo certo que a LIA, após as alterações trazidas pela Lei 14.230/2021, passou a exigir dolo para a configuração de todas as espécies de atos ímprobos. Especificamente com relação aos atos causadores de lesão ao erário, eis o teor do art. 10, *caput*, do referido diploma: “Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:”.

**QUESTÃO 19. Acerca da modalidade de licitação diálogo competitivo, julgue os itens seguintes, com base na Lei n.º 14.133/2021.**

**I. O diálogo competitivo consiste em modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública realiza diálogos com licitantes selecionados aleatoriamente entre os possíveis interessados, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.**

**II. O diálogo competitivo pode ser adotado em qualquer contratação, desde que a sua escolha seja adequadamente motivada pela administração pública.**

**III. A fase de diálogo poderá ser mantida até que a administração pública, em decisão fundamentada, identifique a(s) solução(ões) que atenda(m) às suas necessidades.**

**IV. O diálogo competitivo deve ser conduzido por comissão de contratação composta de servidores efetivos ou empregados pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas os itens I e II estão certos.**

**b) Apenas os itens I e IV estão certos.**

**c) Apenas os itens II e III estão certos.**

**d) Apenas os itens III e IV estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A presente questão demandou conhecimentos relacionados à modalidade licitatória diálogo competitivo.

A assertiva I está incorreta. Não é verdade que no diálogo competitivo a Administração realize diálogos com licitantes selecionados aleatoriamente. A rigor, referidos licitantes são previamente selecionados, como se extrai da própria definição legal de tal modalidade, estabelecida no art. 6º, XLII, da Lei 14.133/2021: “Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;”

A assertiva II está incorreta, uma vez que o diálogo competitivo não constitui modalidade adequada em “qualquer contratação”. Em verdade, de acordo com o art. 32, I, da Lei 14.133/2021, referida modalidade é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições: inovação tecnológica ou técnica; impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.

A assertiva III está correta, tendo em vista que seu teor se revela em perfeita sintonia à regra do art. 32, §1º, V, da Lei 14.133/2021, que assim estabelece: “Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições: (...)a fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades;”

A assertiva IV está correta, pois em linha com a norma do art. 32, §1º, X, do mencionado diploma, *in verbis*: “Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições: (...) o diálogo

competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;"

**QUESTÃO 20. Com base na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**a) Ao contrário do que ocorre no processo judicial, a autoridade administrativa tem a prerrogativa de deixar de decidir o processo administrativo, em razão da inaplicabilidade da vedação ao *non liquet*.**

**b) A competência administrativa é irrenunciável, mas pode ser objeto de delegação, inclusive no que diz respeito à edição de atos de caráter normativo e à decisão de recursos administrativos.**

**c) O ato administrativo deve ter motivação explícita, clara e congruente, a qual não pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões e propostas.**

**d) Admite-se a aplicação, por analogia integrativa, da citada lei no âmbito da administração pública estadual e municipal, quando ausente norma específica, não obstante a autonomia legislativa dos estados e dos municípios para regular a matéria em seus territórios.**

**e) No processo administrativo, o administrado deve fazer-se representar por advogado ou, na impossibilidade de custeio do serviço, por defensor público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. Cuida-se de questão em que se exigiu domínio acerca do tema processo administrativo federal, com disciplina prevista na Lei 9.784/99.

A alternativa A está incorreta, visto que o art. 48 da citada lei federal é explícito ao estabelecer que "A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência."

A alternativa B está incorreta, tendo em conta que a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos inserem-se dentre as matérias sobre as quais há vedação expressa à delegação de competências. Nesse sentido, o art. 13, I e II, da Lei 9.784/99: "Não podem ser objeto de delegação: a edição de atos de caráter normativo; a decisão de recursos administrativos;"

A alternativa C está incorreta, pois, ao contrário do que foi aduzido pela Banca, a Lei 9.784/99 admite, sim, a chamada motivação *per relationem* ou *aliunde*, consistente em referências a fundamentos esposados em outro documento, como um parecer ou uma decisão. A propósito, confira-se o teor do art. 50, §1º, da aludida lei federal: "A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato".

A alternativa D está correta, considerando que seu teor se mostra devidamente fundamentado na Súmula 633 do STJ, de seguinte redação: “A Lei nº 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria”.

A alternativa E está incorreta. Na realidade, a representação por advogado constitui uma faculdade que pode ser exercida pelo administrado, de modo que não se trata de genuíno dever, salvo se houver disposição expressa em contrário. Nesse sentido, o art. 3º, IV, da Lei 9.784/99: “O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados: (...) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.” Em reforço, cite-se o teor da Súmula Vinculante 5 do STF, na linha da qual: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”.

**QUESTÃO 21. De acordo com as alterações implementadas pela Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, a Reforma Tributária, em relação aos municípios, estabeleceu a supressão:**

**a) Do imposto sobre serviços (ISS) combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá, inclusive, sobre operações com bens imóveis.**

**b) Do imposto sobre bens e serviços (IBS), que não incidirá sobre operações com bens imóveis.**

**c) Do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá sobre operações com bens imóveis.**

**d) Do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) e do imposto sobre serviços (ISS), combinada com o advento do imposto sobre serviços (ISS), que incidirá, inclusive, sobre operações com bens imóveis.**

**e) Do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) e do imposto sobre serviços (ISS), combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que não incidirá sobre operações com bens imóveis.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre as alterações promovidas pela EC 132/2023.

A alternativa A está correta. Trata-se de hipótese contida no art. 156<sup>a</sup> §6º, II da EC 132/2023. Confira a literalidade da lei: “Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. (...) § 6º Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para: (...) II - serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos, podendo prever”.

A alternativa B está incorreta. A alternativa contrária à previsão contida no art. 156<sup>a</sup> §6º, II da EC 132/2023.

A alternativa C está incorreta. A referida hipótese não está prevista na EC 132/2023.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de previsão não contida na EC 132/2023.

A alternativa E está incorreta. Não há a referida disposição no texto da EC 132/2023.

**QUESTÃO 22. Conforme o Código Tributário Nacional (CTN), é modalidade extintiva do crédito tributário:**

**a) A anistia**

**b) O parcelamento**

**c) A isenção**

**d) A compensação**

**e) A moratória**

**Comentários**

A alternativa correta é a Letra D. A questão trata sobre as modalidades de extinção do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese de exclusão prevista no art. 175, II do CTN: “Art. 175. Excluem o crédito tributário: II - a anistia”.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de hipótese de suspensão prevista no art. 151, VI do CTN: “Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: VI – o parcelamento. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese de exclusão prevista no art. 175, I do CTN: “Art. 175. Excluem o crédito tributário: I - a isenção”.

A alternativa D está correta. Trata-se de hipótese de extinção prevista no art. 156, II do CTN: “Art. 156. Extinguem o crédito tributário: II - a compensação”.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de hipótese de suspensão prevista no art. 151, I do CTN: “Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória”.

**QUESTÃO 23. A luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e no CTN, assinale a opção correta a respeito do ITBI, considerando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.**

a) O ITBI compartilha da mesma base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), no caso, o valor, de forma que o valor deste último tributo pode ser utilizado como piso de tributação daquele primeiro.

b) É legítimo ao município atribuir previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral.

c) De acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o valor da transação declarado pelo contribuinte, para fins de cálculo do valor do ITBI, goza da presunção de compatibilidade com o valor de mercado, que somente poderá ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio.

d) O ITBI incide sobre a transmissão de direito real sobre bem imóvel, a exemplo da hipoteca.

e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é compatível com o texto constitucional lei que estabelece alíquotas progressivas para o ITBI com base no valor venal do imóvel.

### Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos impostos municipais.

A alternativa A está incorreta. A 1ª Seção do STJ, por unanimidade, ao julgar o recurso especial 1.937.821/SP, definiu que a base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis ("ITBI") não é associada à base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ("IPTU").

A alternativa B está incorreta. Acerca do tema, o STJ fixou a seguinte tese: "O município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral" Tema 1.113 do STJ.

A alternativa C está correta. Trata-se do entendimento firmado pelo STJ que fixou a seguinte tese: "O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (artigo 148 do Código Tributário Nacional – CTN)" Tema 1.113 do STJ.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 156, § 2º, inciso I, da CF/88, não incide ITBI na transmissão de bens ou direitos em realização de capital nem na transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

A alternativa E está incorreta. Dispõe a súmula 656 do STF que: "É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel".

**QUESTÃO 24. Os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria são espécies tributárias marcadamente orientadas, respectivamente pelos princípios**

- a) Da retributividade, da proporcionalidade e da capacidade contributiva.
- b) Da proporcionalidade, da retributividade e da capacidade contributiva.
- c) Da capacidade contributiva, da proporcionalidade e da retributividade.
- d) Da capacidade contributiva, da retributividade e da proporcionalidade.
- e) Da proporcionalidade, da capacidade contributiva e da retributividade.

### Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre os princípios do Direito Tributário.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do Art. 16 do CTN impostos independem de qualquer atuação estatal específica, não havendo assim, retributividade. Confirma a literalidade do art. 16 do CTN: "Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

A alternativa B está incorreta. Conforme a literalidade do art. 16 do CTN, não se exige proporcionalidade da cobrança de imposto bastando a existência de "tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

A alternativa C está incorreta. As taxas são cobradas pela utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, razão pela qual não se pode apontar a proporcionalidade como uma de suas características marcantes.

A alternativa D está correta. A capacidade contributiva para a cobrança de impostos deriva do art. 145 §1º da CF/88. A retributividade na cobrança das taxas está contida na redação do art. 77 do CTN. Por fim, a proporcionalidade na contribuição de melhoria é depreendida do disposto no art. 81 do CTN. Confirma a literalidade dos dispositivos citados: "Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:(...)§1ª Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte"; "Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição"; " Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

A alternativa E está incorreta. As taxas não observam a capacidade contributiva, mas sim a retributividade conforme previsão contida no art. 77 do CTN. Confirma a literalidade da lei: "Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição".

**QUESTÃO 25. Com base no CTN e na jurisprudência dos tribunais superiores assinale a opção correta a respeito das garantias e dos privilégios do crédito tributário.**

**a) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.**

**b) Não há presunção de fraude no caso de devedor de crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa que apenas onera-se não aliena- os bens ou as rendas de que dispõe.**

**c) No curso dos processos de inventário ou arrolamento, a cobrança dos créditos tributários imputados ao de cujus ou a seu espólio, sejam eles vencidos ou vincendos, gozará de preferência em relação a quaisquer outros créditos habilitados no curso daqueles processos.**

**d) O devedor tributário que, devidamente citado no âmbito de processo judicial, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal sofrerá a indisponibilidade de todos os seus bens e direitos.**

**e) No que concerne à cobrança do crédito tributário, o concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, tendo prevalência a União.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre as garantias e dos privilégios do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Contraria o disposto no Parágrafo Único do Art. 186. Do CTN. Confira a literalidade da lei: I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado; (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)”.

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 185 do CTN em sua literalidade que: “Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa”.

A alternativa C está correta. Trata-se de disposição contida no art. 185 A do CTN. Confira a literalidade da lei: “Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial”.

A alternativa D está incorreta. A indisponibilidade se limitará ao total exigível devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite. Confira a literalidade do art. 185<sup>a</sup>§1º do CTN: “§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite”.

A alternativa E está incorreta. Decidiu o STF na ADPF 357 que a preferência da União em relação a estados, municípios e Distrito Federal na cobrança judicial de créditos da dívida ativa não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

**QUESTÃO 26. Á luz do disposto no CTN, assinale a opção correta a respeito do instituto de delegação no âmbito do direito tributário.**

**a) Admite-se a delegação a pessoa jurídica de direito público das funções de executar atos ou decisões administrativas em matéria tributária.**

**b) Admite-se a delegação a pessoas jurídicas de direito público das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, o que não compreende as garantias e os privilégios processuais de que goza o ente público delegante.**

**c) A delegação das funções de arrecadação e fiscalização dos tributos não é passível de revogação,**

**d) É vedado cometimento das funções de arrecadação de tributo a pessoa jurídica de direito privado.**

**e) É possível a delegação da competência tributária desde que realizada em favor de pessoa jurídica de direito público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre a delegação no âmbito do direito tributário.

A alternativa A está correta. Trata-se de possibilidade ventilada no art. 7º do CTN: “A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição”.

A alternativa B está incorreta. Art. 7º§1ª do CTN: “ § 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir”.

A alternativa C está incorreta. Art. 7º§2ª do CTN: “A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido”.

A alternativa D está incorreta. Não constitui vedação conforme se depreende do art. 7º§ 3ª do CTN: “Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos”.

A alternativa E está incorreta. A competência tributária é indelegável conforme norma expressa do art. 7º do CTN.

**QUESTÃO 27. A respeito da repartição constitucional de receitas tributárias, julgue os itens a seguir, considerando as alterações implementadas pela EC nº 132/2023 e a jurisprudência do STF.**

**I. O valor do imposto de renda retido na fonte sobre os valores pagos, pelo município e pelas suas respectivas autarquias e fundações, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços é de titularidade da própria municipalidade.**

**II. No caso do IBS, conforme previsto pela Reforma Tributária, nada obstante a competência tributária compartilhada entre estado/Distrito Federal e municípios, estes últimos entes também receberão, via repartição de receitas, parte da arrecadação do IBS estadual.**

**III. Os municípios receberão, via repartição indireta por meio do fundo de participação dos municípios, recursos derivados dos tributos federais denominados imposto sobre propriedade territorial rural (ITR) e imposto sobre produtos industrializados (IPI).**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre a recém aprovada reforma tributária.

O item I está correto. Trata-se da literalidade do Tema 1130 fixado pelo STF.

O item II está correto. Trata-se de transferência prevista no art. 158, IV, b da CF/88 atualizado pela EC 132/2023. Confira a literalidade da lei: “Art. 158. Pertencem aos Municípios:(...) IV - 25% (vinte e cinco por cento): b) do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A distribuída aos Estados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)”.

O item III está incorreto. Não há a referida previsão na EC 132/2023.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

**QUESTÃO 28. De acordo com as disposições do CTN e a jurisprudência do STJ, a denúncia espontânea é instituto por meio do qual se elidem**

a) Apenas multas de mora, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

b) Apenas multas de ofício, desde que sejam pagos tributos e os respectivos juros, sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

c) Multas de ofício e de mora, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, não sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

d) Apenas multas de ofício, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, não sendo admitida tal denúncia no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

e) Multas de ofício e de mora, desde que sejam pagos o tributo e os respectivos juros, sendo admitida tal denúncia inclusive no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação.

### Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre o instituto da denúncia espontânea e a jurisprudência correlata.

A alternativa A está incorreta. A assertiva contraria a súmula 360 do STJ: "O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo".

A alternativa B está incorreta. Não se admite na hipótese de lançamento por homologação, conforme súmula 360 do STJ.

A alternativa C está correta. A assertiva encontra-se em linha com o art. 138 do CTN e súmula 360 do STJ. Confirma a literalidade da lei: " Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se fôr o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração".

A alternativa D está incorreta. Não se admite na hipótese de lançamento por homologação, conforme súmula 360 do STJ.

A alternativa E está incorreta. Não se admite na hipótese de lançamento por homologação, conforme súmula 360 do STJ.

**QUESTÃO 29. A respeito da matéria concernente à administração e à fiscalização tributária, julgue os seguintes itens, com base na CF e no CTN.**

**I. É vedada a divulgação, por parte da fazenda pública, de informações relativas a representações fiscais para fins penais relacionadas aos contribuintes.**

**II. As administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem atuar de forma integrada, incluindo o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, por meio de lei ou convênio.**

**III. As informações relativas a bens e negócios dos contribuintes que estejam sob a guarda de tabeliães e das instituições financeiras somente podem ser fornecidas à administração tributária após autorização judicial.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra B**.

O item I está incorreto. A assertiva contraria o disposto no art. 198 § 3º do CTN: Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001) I - representações fiscais para fins penais”.

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 37, XXII da CF/88.

O item III está incorreto. Poderá ser fornecida mediante intimação escrita da própria autoridade fazendária conforme previsão do art. 197 do CTN. Confirma a literalidade da lei: “ Art. 197. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa tôdas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros: I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;”.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

**QUESTÃO 30. Em relação à dívida ativa da fazenda pública, assinale a opção correta, com base na Lei nº 6.830/1980.**

**a) A dívida da Fazenda pública compreende as inscrições de cunho tributário e não tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade, previstas exclusivamente na legislação tributária e civil.**

b) A dívida ativa da fazenda pública compreende, apenas as inscrições de cunho tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas na legislação tributária, civil e empresarial.

c) A dívida ativa da fazenda pública compreende as inscrições de cunho tributário e não tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas exclusivamente na legislação tributária e empresarial.

d) A dívida ativa da fazenda pública compreende as inscrições de cunho tributário e não tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas na legislação tributária, civil e comercial.

e) A dívida ativa da fazenda pública compreende apenas as inscrições de cunho tributário, sendo-lhe aplicáveis as normas relativas à responsabilidade previstas na legislação tributária e civil.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre a lei de execução fiscal.

A alternativa A está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que prevê ainda a legislação comercial.

A alternativa B está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que não prevê a legislação empresarial.

A alternativa C está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que não prevê a legislação empresarial.

A alternativa D está correta. Confirma a literalidade da redação do art. 4§2º da lei 6830/80: “À Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial”.

A alternativa E está incorreta. Contraria o disposto no art. 4§2º da lei que prevê ainda a legislação comercial.

**QUESTÃO 31. Acerca do nome civil e do registro civil das pessoas naturais, julgue os itens a seguir, considerando as disposições do Código Civil e da Lei n. 6.015/1973 (Lei de Registro Públicos), bem como o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**I. Não é permitida a completa supressão com a substituição total do nome registral por pessoa autoidentificada como indígena, devido à ausência de pressão legal e em respeito ao princípio da segurança jurídica e às relações jurídicas constituídas.**

**II. A intenção de homenagear ascendente constitui fundamento suficiente para configurar a excepcionalidade que propicia a modificação do registro do nome civil.**

**III. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, mesmo quando não houver intenção difamatória.**

**IV. A existência de homônimo que responda a processo criminal em outro estado da Federação não caracteriza constrangimento suficiente para fundamentar a inclusão de patronímico.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e III**

**b) I e IV**

**c) II e IV**

**d) I, II e III**

**e) II, III e IV**

**Comentários**

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre a alteração do nome registral e é uma questão passível de recurso, pois entendemos que há 3 itens corretos e um incorreto, sendo que a questão não apresenta essa alternativa, veja:

O Item I está correto. Conforme entendimento consolidado do STJ, não é possível a completa supressão e substituição total do nome registral, por pessoa autoidentificada como indígena, por ausência de previsão legal, bem como por respeito ao princípio da segurança jurídica e das relações jurídicas a serem afetadas. (Fonte: STJ. 4ª Turma. REsp 1927090-RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Rel. para acórdão Ministro Raul Araújo, julgado em 21/3/2023 - Info 768).

O Item II está incorreto. Conforme entendimento consolidado do STJ, a simples pretensão de homenagear um ascendente não constitui fundamento bastante para configurar a excepcionalidade que propicia a modificação do registro. (Fonte: STJ. 3ª Turma. REsp 1962674-MG, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 24/05/2022 - Info 748). Porém, acreditamos que esta alternativa poderia ser considerada correta, já que desde 2022, a lei de registros públicos (Lei n.º 6.015/1973) permite que a pessoa registrada, após ter atingido a maioria civil, requeira pessoal e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial. Essa alteração imotivada e extrajudicial do nome só poderá ser realizada uma vez.

O Item III está correto, pois dispõe a literalidade do Código Civil, veja: “Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória”.

O Item IV está incorreto. A existência de um homônimo que responde a processo criminal, ainda que em outro estado da federação, pode ensejar um constrangimento capaz de configurar o justo motivo para fundamentar a inclusão de patronímico. (Fonte: STJ. 3ª Turma. REsp 1962674-MG, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 24/05/2022 - Info 748).

**QUESTÃO 32. A respeito de aspectos relativos das pessoas naturais e da ausência, assinale a opção correta.**

**a) A existência da pessoa natural termina com a morte, a qual se presume, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.**

**b) A comoriência pode ocorrer tanto na morte real quanto na morte presumida, com procedimento de ausência, mas não na hipótese de morte presumida sem a necessidade de decretação de ausência.**

**c) A declaração da morte presumida, nos casos previstos nos Código Civil, somente pode ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.**

**d) Pode ser declarada morte presumida, sem decretação de ausência, se for relativamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.**

**e) A comoriência é qualificada pela impossibilidade de se determinar qual morte precedeu uma outra e tem relevância independente do vínculo existente entre as pessoas afetadas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a pessoa natural e a ausência.

A alternativa A está incorreta, pois em caso de presunção de morte dos ausentes, a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva e não provisória, nos termos do art. 6 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois a comoriência ocorre quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, por tanto, se presumem simultaneamente mortos. Por tanto, a comoriência poderá ser considerada para as mortes presumidas, independentemente de decretação de ausência, pois o contrário não encontra previsão legal.

A alternativa C está correta, pois dispõe a literalidade do art. 7 do Código Civil: “Art. 7. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento”.

A alternativa D está incorreta, pois poderá ser declarada a morte presumida sem decretação de ausência se for extremamente provável a morte, nos termos do art. 7, inciso I do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois a comoriência é relevante pelo vínculo existente entre as pessoas, pois é nessa situação que haverá consequências na sucessão, nos termos do art. 8 do Código Civil.

**QUESTÃO 33. Acerca do instituto da desconsideração da personalidade jurídica e da responsabilidade de pessoa jurídica e dos sócios, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ:**

**I. Em caso de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o juiz pode, de ofício, desconsiderar a personalidade jurídica para que os efeitos de todas as relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados pelo abuso.**

**II. Desvio de finalidade consiste na utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos lícitos relativos exclusivamente ao abuso da personalidade jurídica.**

**III. Configura confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios da pessoa jurídica e dos sócios caracterizada pela transferência de ativos ou de passivos de quaisquer valores, sem efetivas contraprestações.**

**IV. Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.**

**V. Sócio executado possui legitimidade e interesse recursal para impugnar decisão que defira pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica dos entes empresariais dos quais seja sócio.**

**Estão corretos apenas os itens**

**a) I e II**

**b) I e III**

**c) II e IV**

**d) III e V**

**e) IV e V**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade de pessoa jurídica e dos sócios.

O Item I está incorreto, já que o juiz não poderá atuar de ofício, mas sim a pedido da parte, nos termos do art. 50 do Código Civil.

O Item II está incorreto, já que o desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, nos termos do art. 50, §1º do Código Civil.

O Item III está incorreto, já que não há confusão patrimonial quando os valores são proporcionalmente insignificantes, nos termos do art. 50, §2º do Código Civil.

O Item IV está correto, já que não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica, nos termos do Art. 50, §5º, do Código Civil.

O Item V está correto, já que conforme entendimento do STJ, o sócio executado possui legitimidade e interesse recursal para impugnar a decisão que defere o pedido de descon sideração inversa da personalidade jurídica dos entes empresariais dos quais é sócio. (Fonte: STJ. 3ª Turma. REsp 1980607-DF, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 09/08/2022 - Info 744).

**QUESTÃO 34. José, morador de Cuiabá – MT, pretende instituir uma entidade, por meio de testamento, com dotação especial de bens livres, para atuação no âmbito do referido município. José pretende declarar o modo de administração da entidade e deseja que ela tenha como finalidades a pesquisa científica, o desenvolvimento de tecnologias alternativas e a modernização de sistema de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.**

**Nessa situação hipotética, José deverá instituir conforme o disposto no Código Civil, uma**

- a) Sociedade em nome coletivo**
- b) Fundação**
- c) Sociedade não personificada**
- d) Associação**
- e) Sociedade em conta de participação**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre pessoas jurídicas.

As alternativas A, C e E estão incorretas, pois celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados, nos termos do art. 981 do Código Civil. Veja que a finalidade descrita por José não é essa.

A alternativa B está correta, já que as fundações são um complexo de bens, ou seja, são pessoas jurídicas sem quaisquer pessoas físicas/naturais quando de sua instituição. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la, nos termos do art. 62 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois as associações são pessoas jurídicas de direito privado organizadas para fins não econômicos, conforme estabelece o art. 53 do Código Civil.

**QUESTÃO 35. No que se refere às disposições do Código Civil relativas ao direito de empresa, assinale a opção correta.**

**a) É considerada empresária, para todos os efeitos, a associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, sendo desnecessária a sua inscrição formal.**

**b) Estabelecimento é definido como o local onde se exerce a atividade empresarial, que pode ser físico ou virtual.**

**c) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao estado da Federação, observadas as regras da Declaração de Direitos da Liberdade Econômica.**

**d) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro, poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual, ou de um dos sócios da sociedade empresária.**

**e) O empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão pode, observadas as formalidades previstas no referido código, requerer a inscrição no registro civil de pessoas jurídicas da sede do município, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre direito de empresa.

A alternativa A está incorreta, pois a associação futebolística depende de registro, nos termos do art. 971, parágrafo único do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois o estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual, nos termos do art. 1.142, §3º do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois a fixação de horário de funcionamento compete, em regra, ao Município, nos termos do art. 1.142, §3º do Código Civil.

A alternativa D está correta, pois quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária, nos termos do art. 1.142, §2º, do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois o registro do empresário rural deve ser solicitado no Registro de empresas mercantis, nos termos do art. 971 do Código Civil.

**QUESTÃO 36. Acerca de propriedade, penhor e hipoteca, assinale a opção correta, com base no que dispõe o Código Civil.**

**a) A multipropriedade não se extingue automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.**

**b) Para a garantia de novas obrigações em favor do mesmo credor, é permitida a extensão da hipoteca, podendo esta exceder ao valor máximo constante da especialização da garantia original, desde que seja objeto de averbação subsequente na matrícula do imóvel.**

**c) No condomínio de lotes, a fração ideal de cada condômino pode ser proporcional a área do solo de cada unidade autônoma, ao respectivo potencial construtivo ou a outros critérios definidos pelo plano diretor municipal.**

**d) O penhor agrícola que recai sobre colheita pendente, ou em via de formação, extingue-se automaticamente caso a colheita que se tenha dado em garantia seja frustrada ou insuficiente.**

**e) A multipropriedade é instituída por ato entre vivos ou testamento, registrada no órgão municipal competente, devendo constar daquele ato a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre propriedade, penhor e hipoteca.

A alternativa A está correta, pois a multipropriedade não se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário, nos termos do art. 1.358-C, parágrafo único, do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois a extensão da hipoteca não poderá exceder ao prazo e ao valor máximo garantido constantes da especialização da garantia original, nos termos do art. 1487-A, §1º, do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois há outros critérios indicados no ato de instituição e não no plano diretor, nos termos do art. 1.358-A, §1º do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois o penhor agrícola que recai sobre colheita pendente, ou em via de formação, abrange a imediatamente seguinte, no caso de frustrar-se ou ser insuficiente a que se deu em garantia, nos termos do art. 1.443 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois o Registro é no cartório de imóveis, nos termos do art. 1.358-F do Código Civil.

**QUESTÃO 37. No que diz respeito à responsabilidade civil no âmbito do direito civil, assinale a opção correta.**

**a) O reconhecimento da dificuldade em identificar o nexo de causalidade não pode levar à prescindibilidade da sua análise.**

**b) Somente em caso de dano causado por conduta dolosa da vítima é que será fixada sua indenização, a ser determinada de acordo com a gravidade de seu comportamento.**

**c) O dano moral coletivo, aferível in re ipsa, não é categoria de dano dotada de autonomia no que se refere a violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade.**

**d) É cabível ação de responsabilidade civil nos casos de cadastramento indevido de pessoa nos registros de devedores inadimplentes realizados por instituições financeiras, haja vista a existência de responsabilidade civil subjetiva dessas instituições.**

**e) A indenização é medida pela extensão do dano e, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz devesse reduzir, gradativamente, a indenização.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre responsabilidade civil.

A alternativa A está correta, pois reflete a literalidade do enunciado 659 da IX Jornada de Direito Civil: o reconhecimento da dificuldade em identificar o nexo de causalidade não pode levar à prescindibilidade da sua análise.

A alternativa B está incorreta, pois em caso de ação, omissão, negligência ou imprudência, será fixada sua indenização, a ser determinada de acordo com a gravidade de seu comportamento, nos termos do art. 186 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de categoria autônoma, nos termos da Jurisprudência em teses 125.

A alternativa D está incorreta, pois nesse caso a responsabilidade civil é objetiva, já que ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados, nos termos do art. 931 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois a indenização mede-se pela extensão do dano, mas, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização, nos termos do art. 944, parágrafo único, do Código Civil.

**QUESTÃO 38 – A respeito de inadimplemento das obrigações e de aspectos relativos aos contratos, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.**

**a) Na formação dos contratos, a proposta de contrato obriga o oblato, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio ou das circunstâncias do caso.**

**b) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui o devedor em mora apenas mediante interpelação judicial ou extrajudicial.**

**c) É vedado às partes estipular contratos atípicos, uma vez que a legislação estabelece um rol taxativo de contratos admitidos no direito vil.**

**d) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, devendo este ser feito por instrumento particular.**

**e) Nos contratos de execução continuadas, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o devedor poderá pedir a resolução do contrato.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre inadimplemento das obrigações e contratos.

A alternativa A está incorreta. O contrato se compõe por meio de uma proposta (oferta/policitação/oblação) e por uma aceitação. Quem propõe é o proponente, ou policitante. Quem aceita é o aceitante ou o oblato. Nos termos do art. 427 do Código Civil a proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

A alternativa B está incorreta, pois o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, nos termos do art. 397 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código, nos termos do art. 425 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, nos termos do art. 426 do Código Civil.

A alternativa E está correta, pois nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato, nos termos do art. 478 do Código Civil.

**QUESTÃO 39. Assinale a opção correta à luz da Lei n.º 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, da Lei n.º 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos, e da jurisprudência dos tribunais superiores.**

**a) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.**

**b) A legislação municipal deve definir, para cada zona em que se divida o território do município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que devem incluir, apenas as áreas máximas de lotes e os coeficientes mínimos de aproveitamento.**

**c) Os municípios têm poder-dever de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares quanto às obras essenciais a serem implantadas de acordo com a lei local, sem prejuízo da posterior cobrança dos custos de sua atuação saneadora aos responsáveis por tais loteamentos.**

**d) As restrições e obrigações constantes no contrato-padrão de loteamentos imobiliários não se incorporam ao registro nem vinculam os posteriores adquirentes, porque desprovidas da publicidade inerente aos registros públicos.**

**e) Considera se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre parcelamento do solo urbano.

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito de desmembramento, segundo dispõe o art. 2º, §2º, da Lei n.º 6.766/1979: “§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes”. Por outro lado, de forma diversa, no loteamento há abertura de novas vias de circulação, conforme dispõe o art. 2º, §1º, da Lei n.º 6.766/1979: “§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”.

A alternativa B está incorreta. Há 2 (dois) erros na alternativa. O primeiro erro consiste no parâmetro dos índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, de acordo com a legislação, os índices devem incluir, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes. O segundo erro diz respeito ao parâmetro dos coeficientes, pois a lei afirma que os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo incluirão, obrigatoriamente, os coeficientes máximos de aproveitamento. Nesse sentido dispõe o art. 4º, §1º, da Lei n.º 6.766/1979: “§ 1º A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento”.

A alternativa C está correta, nos termos do entendimento do STJ no Resp 1.164.893, cujo trecho da ementa afirma que: “30. Existe o poder-dever do Município de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares, mas a sua atuação deve se restringir às obras essenciais a serem implantadas em conformidade com a legislação urbanística local (art. 40, § 5º, da Lei 6.799/79), em especial à infraestrutura essencial para inserção na malha urbana, como ruas, esgoto, energia e iluminação pública, de modo a atender aos moradores já instalados, sem prejuízo do também dever-poder da Administração de cobrar dos responsáveis os custos em que incorrer a sua atuação saneadora. 31. Recurso Especial parcialmente provido para restringir a obrigação do Município de executar as obras de infraestrutura somente àquelas essenciais nos termos da legislação urbanística local, compreendendo, no mínimo, ruas, esgoto e iluminação pública, de forma a atender somente os moradores já instalados, não havendo esse dever em relação a parcelas do loteamento irregular eventualmente ainda não ocupadas. (REsp n. 1.164.893/SE, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 23/11/2016, DJe de 1/7/2019.)”.

A alternativa D está incorreta, pois, de modo diverso do que afirma a alternativa, as restrições e obrigações constantes no contrato-padrão de loteamentos imobiliários se incorporam ao registro e vinculam os posteriores adquirentes, porque dotadas da publicidade inerente aos registros públicos. Nesse sentido, destaca-se o seguinte entendimento do STJ: “2. As restrições e obrigações constantes no contrato-padrão depositado em cartório como condição para o registro do projeto de loteamento incorporam-se ao registro e vinculam os posteriores adquirentes, porquanto dotadas de publicidade inerente aos registros públicos. (AgInt no REsp n. 2.108.189/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 18/3/2024, DJe de 20/3/2024.)”.

A alternativa E está incorreta, pois trata do conceito de loteamento, de acordo com o art. 2º, §1º, da Lei n.º 6.766/1979: “§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”. Por outro lado, acerca do desmembramento, dispõe o art. 2º, §2º, da Lei n.º 6.766/1979 que: “§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes”.

**QUESTÃO 40. Assinale a opção correta a respeito da locação de imóveis urbanos, considerando o disposto no Código Civil e na Lei n. 8.245/1991, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema.**

**a) Findo o prazo de locação, se o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem que haja oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo prazo inicialmente avençado no contrato de locação, devendo o aluguel ser reajustado de acordo com o índice oficial de inflação.**

**b) A locação por tempo determinado somente cessa após a emissão de notificação ou aviso do término do prazo estipulado.**

**c) Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele não for consignada cláusula da sua vigência no caso de alienação e não constar de registro.**

**d) O prazo mínimo para renovação compulsória do contrato de locação comercial é de cinco anos, ainda que a vigência da avença locatícia supere esse período.**

**e) Seja qual for o fundamento do término da locação, inclusive em caso de desapropriação com a imissão do expropriante na posse do imóvel, a ação do locador para reaver o imóvel deve ser a de despejo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre locações.

A alternativa A está incorreta, pois quando ajustado o contrato de aluguel verbalmente ou por escrito e como prazo inferior a trinta meses, findo o prazo estabelecido, a locação prorroga - se automaticamente por prazo indeterminado, nos termos do art. 47 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta, pois nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso, nos termos do art. 46 do Código Civil.

A alternativa C está correta, pois caso o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel, nos termos do art. 48 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois a renovação será por prazo igual ao do contrato original, nos termos do art. 51 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois a ação do locador para reaver o imóvel é a de despejo. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica se a locação termina em decorrência de desapropriação, com a imissão do expropriante na posse do imóvel, nos termos do art. 5 do Código Civil.

**QUESTÃO 41. Com relação às provas no direito processual civil, assinale a opção correta.**

**a) O depoimento de testemunha considerada impedida ou suspeita, em qualquer circunstância, viola o devido processo legal.**

**b) É legítimo o indeferimento de prova pericial pelo juiz que a considerar desnecessária em razão da existência de outras provas já produzidas sobre o mesmo fato.**

**c) A produção antecipada da prova somente é admitida caso haja fundado receio de que os elementos probatórios possam perecer.**

**d) A confissão judicial é revogável, por livre iniciativa da parte confessante, até a prolação da sentença de mérito.**

**e) A determinação de produção de prova testemunhal, de ofício pelo magistrado, compromete a imparcialidade do julgador e acarreta a nulidade da prova produzida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Há casos em que o juiz entenda ser necessário, poderá colher o depoimento de testemunha considerada impedida ou suspeita, nos termos do art. 447, §4º do CPC. A saber: “§ 4º Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.”

A alternativa B está correta. O Conforme prevê o art. 464, §1º, II, do CPC, o juiz poderá a indeferir a prova pericial quando for desnecessária em vista de outras provas produzidas.

A alternativa C está incorreta. A produção antecipada de provas poderá ser requerida não somente quando há o risco de perecimento dos elementos probatórios, mas também quando a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, ou, quando justificar ou evitar o ajuizamento de ação, nos termos do art. 381, I a III, do CPC.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a confissão judicial é irrevogável, nos termos do art. 393 do CPC. Vejamos: “A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.”

A alternativa E está incorreta. O Código de Processo Civil prevê a possibilidade do magistrado requerer a produção de prova testemunhal de ofício, conforme autoriza o art. 461 do CPC. Vejamos: “O juiz pode ordenar, de ofício ou a requerimento da parte: I - a inquirição de testemunhas referidas nas declarações da parte ou das testemunhas; II - a acareação de 2 (duas) ou mais testemunhas ou de alguma delas com

a parte, quando, sobre fato determinado que possa influir na decisão da causa, divergirem as suas declarações.”

**QUESTÃO 42. De acordo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de recurso especial repetitivo, a majoração dos honorários de sucumbência, em grau recursal, deve ocorrer quando o recurso tiver sido**

- a) integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, apenas.**
- b) parcialmente provido apenas, ainda que seja mínima alteração do resultado do julgamento.**
- c) não conhecido, seja ele provido ou desprovido.**
- d) examinado no mérito, seja qual for o resultado do julgamento.**
- e) integralmente provido ou desprovido, apenas.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exigia do examinando o conhecimento jurisprudencial do STJ acerca da majoração dos honorários de sucumbência.

A alternativa A está correta. A tese do Tema 1.059 foi fixada nos seguintes termos: "A majoração dos honorários de sucumbência prevista no artigo 85, parágrafo 11, do CPC pressupõe que o recurso tenha sido integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente. Não se aplica o artigo 85, parágrafo 11, do CPC em caso de provimento total ou parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento ou limitada a consectários da condenação".

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, ao estarem em desacordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial repetitivo.

**QUESTÃO 43. Considere que um ente público, após ajuizar ação judicial pelo procedimento comum, tenha a intenção de aditar a petição inicial para ampliar um pedido já apresentado. Nessa situação independentemente do consentimento da parte contrária, aditamento do pedido pode ser feito até**

- a) o ajuizamento de réplica pelo autor.**
- b) o último ato de instrução processual.**
- c) a citação do réu.**
- d) a efetiva apresentação da contestação.**
- e) o saneamento do processo.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda sobre emenda ou aditamento da petição inicial, um tema que tem sido bastante recorrente em provas de procuradorias.

A alternativas A e D estão incorretas. Após a citação do réu, o autor contará com o consentimento deste para poder emendar a petição, conforme determina o art. 329, I do CPC: “Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o aditamento da petição inicial não se limita até o último ato da instrução processual, conforme o art. 329, I e II do CPC.

A alternativa C está correta. É possível que o autor altere o pedido ou a causa de pedir até a citação do réu, sem o consentimento deste. Após a citação, mas antes da contestação, a alteração é permitida com consentimento do réu, conforme prevê o art. 329, II do CPC. Vejamos: “Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.”

A alternativa E está incorreta. Caso o autor adite ou alterar o pedido e a causa de pedir a petição inicial até o saneamento do processo, deverá contar com o consentimento da parte contrária, sendo-lhe assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de quinze dias, facultado o requerimento de prova suplementar, nos termos do art. 329, II do CPC.

**QUESTÃO 44. Roberto, professor da rede de ensino pública do município X, ajuizou contra Manuel, prefeito municipal, ação de responsabilidade civil com pedido de danos morais, alegando ter sido transferido de unidade escolar em razão de perseguição abusiva decorrente de divergências políticas com Manuel.**

**Considerando a situação hipotética apresentada e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.**

**a) Embora não haja litisconsórcio necessário, o município X pode ingressar no processo como assistente simples.**

**b) A ação deveria ter sido ajuizada apenas contra o ente público, de modo que deve ser reconhecida a ilegitimidade passiva de Manuel.**

**c) O município X deve ser citado para integrar o processo como litisconsorte necessário e unitário no polo passivo.**

**d) Embora não haja litisconsórcio necessário, o município X pode ingressar no processo como assistente litisconsorcial.**

**e) O município X deve ser citado para integrar o processo como litisconsorte necessário e simples no polo passivo.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exigia do examinando o conhecimento jurisprudencial do STF acerca da legitimidade passiva e litisconsórcio, mais precisamente, ente público figurando no polo passivo em relação aos atos praticados no exercício da função pública.

A alternativa B está correta. A alternativa está de acordo com o entendimento assentado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 1.027.633/SP, em que a tese firmada é que, nas ações de indenização, o particular lesado deve ajuizar a demanda diretamente contra o ente público ou a entidade à qual o agente público está vinculado. Aqui devemos também fazer menção à matéria de direito administrativo, uma vez que se trata de uma garantia do agente público o fato de que inicialmente o primeiro a ser acionado judicialmente para ser responsabilizado por eventuais atos exercidos na função pública é o ente público e, o servidor público, ainda que neste caso seja o prefeito, chefe do poder executivo municipal, apenas pode ser responsabilizado SUBJETIVAMENTE, ou seja, com base na comprovação de dolo e culpa, de maneira regressiva pelo ente público. Portanto, o prefeito não constitui uma parte que detenha a legitimidade passiva, devendo ser reconhecido a ILEGITIMIDADE PASSIVA.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, por estarem em desacordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 45. No que se refere aos títulos executivos extrajudiciais, o Código de Processo Civil (CPC) prevê que o título executivo extrajudicial estrangeiro**

**a) independe de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei brasileira, seja qual for o local designado para cumprimento da obrigação.**

**b) depende de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei brasileira e quando o Brasil for designado como o lugar de cumprimento da obrigação.**

**c) pode, embora não possua eficácia executória, ser admitido como prova no processo de conhecimento.**

**d) depende de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração, seja qual for o local designado para cumprimento da obrigação.**

**e) independe de homologação judicial para ser executado e somente tem eficácia executória quando presentes os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e quando o Brasil for designado como o lugar de cumprimento obrigação.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre o título executivo extrajudicial, mais precisamente, de título executivo estrangeiro, cobrando o conhecimento da literalidade da lei acerca do tema.

A alternativa A está incorreta. Conforme prevê art. 784, §3º, do CPC, o título estrangeiro só terá eficácia executiva quando satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e quando o Brasil for indicado como o lugar de cumprimento da obrigação.

A alternativa B está incorreta. Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados, conforme prevê o art. 784, §2º, do CPC. Ainda, deverão ser satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração para ter eficácia executiva, nos termos do art. 784, §3º, do CPC.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Código de Processo Civil prevê a eficácia do título executivo extrajudicial estrangeiro.

A alternativa D está incorreta. Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro independem de homologação para serem executados, conforme prevê o art. 784, §2º, do CPC. Ainda, deverá estabelecer o Brasil como o local da execução da obrigação do título executivo (§3º).

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 784, §2º prevê que os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados. Contudo, é necessário serem preenchidos os requisitos de formação do título pela lei do local de sua celebração, bem como, que o Brasil seja designado como o local para o cumprimento da obrigação, nos termos do §3º deste mesmo artigo.

**QUESTÃO 46. De acordo com atual jurisprudência do STF, em caso deslocamento de Competência, a contagem do prazo decadencial para o ajuizamento de ações rescisórias deve considerar o período compreendido entre a data do trânsito em julgado da decisão rescindenda e a data**

**a) da intimação pessoal do município relativa à decisão que determinou emenda da petição inicial.**

**b) da publicação da decisão que determinou a emenda da petição inicial.**

**c) do efetivo recebimento da ação rescisória no STF.**

**d) do protocolo da petição de emenda à inicial apresentada pelo município.**

**e) do protocolo da ação perante o tribunal declarado incompetente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. Essa questão é passível de recurso, por não estar redigida de maneira clara pelo examinador. Ao lermos as demais alternativas, conseguimos entender que o deslocamento da

competência, ou seja, o reconhecimento de que o Tribunal o qual foi ajuizada a ação rescisória foi reputado incompetente, teria acontecido após o ajuizamento da ação.

De qualquer modo, à luz do entendimento exarado na AR 2973 AgR, a alternativa E está correta. No mencionado julgado, o STF decidiu que "Nos casos de deslocamento de competência, a data a ser considerada para contagem do prazo decadencial para ajuizamento da ação rescisória é a da data do protocolo da ação perante o Tribunal declarado incompetente". Vejamos: "Ementa: AGRAVO INTERNO NA AÇÃO RESCISÓRIA. DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA. PRAZO DECADENCIAL. DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. PRAZO EM DOBRO PARA A FAZENDA PÚBLICA. OBSERVÂNCIA DO PRAZO PELA PARTE AUTORA. DECISÃO RESCINDENDA QUE APRECIA O MÉRITO DA DEMANDA. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINARES SUPERADAS. AGRAVO INTERNO PROVIDO. 1. Nos casos de deslocamento de competência, a data a ser considerada para contagem do prazo decadencial para ajuizamento da ação rescisória é a da data do protocolo da ação perante o Tribunal declarado incompetente. No caso concreto, a Ação foi protocolada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 27/02/2022, dentro, portanto, do prazo bienal, considerado que o trânsito da decisão rescindenda se deu em 28/02/2020. 2. A Fazenda pública goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. 3. É cabível a Ação Rescisória nas hipóteses em que, embora a decisão rescindenda tenha negado seguimento ao apelo extremo, tenha ocorrido a apreciação do mérito da controvérsia originária. 4. Agravo Interno PROVIDO para, superadas as preliminares, determinar o prosseguimento da Ação Rescisória. (AR 2973 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 26-02-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 06-03-2024 PUBLIC 07-03-2024)" O STF entendeu que o prazo decadencial não continua a ser contado após o protocolo da petição inicial da ação rescisória, de modo que a data a ser considerada para fins de contagem do prazo decadencial é a do ajuizamento da ação no tribunal, a despeito de, posteriormente, ser considerado incompetente.

Nesse sentido, a assertiva E está correta, ao apontar que o período compreendido entre a data do trânsito em julgado da decisão rescindenda e a data do protocolo da ação perante o tribunal declarado incompetente. Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 47. Com base nas disposições do CPC acerca dos procedimentos especiais e de jurisdição voluntária, assinale a opção correta.**

**a) Em todos os procedimentos especiais de jurisdição voluntária em que o Ministério Público não atue como parte, é obrigatória a sua participação como fiscal da ordem jurídica.**

**b) No procedimento da herança jacente, antes de declarada a vacância da herança, a lei admite que o juiz autorize a alienação de bens com valer de afeição, tais como livros e obras de arte.**

**c) No procedimento de inventário e partilha, independentemente da existência de garantia do pagamento de eventual dívida do espólio com a fazenda pública, enquanto essa dívida não for quitada, o julgamento da partilha deve ser obrigatoriamente sobrestado.**

**d) Na ação possessória em que se verifique existência de litisconsórcio passivo e multitudinário de pessoas hipossuficientes, a participação efetiva do Ministério Público dispensa a intimação da Defensoria Pública.**

**e) A fazenda pública pode, com fundamento em prova escrita sem eficácia de título executivo, propor ação monitória que tenha por objeto a entrega de bem móvel.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre procedimentos especiais de jurisdição voluntária, exigindo do examinando o conhecimento da literalidade do Código de Processo Civil sobre a matéria.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público atuará obrigatoriamente como fiscal da ordem jurídica quando a lide envolver interesse público ou social relevante, interesse de incapaz ou em litígios coletivos pela posse de terra rural, ou urbana, nos termos do art 700, I a III, do CPC. Nos demais procedimentos de jurisdição voluntária em que não haja interesse de incapaz, a participação do MP não é obrigatória.

A alternativa B está incorreta. A autorização da alienação de bens ocorre após a declaração da vacância da herança dos bens com valor de afeição, como retratos, objetos de uso pessoal, livros e obras de arte. Portanto, só serão alienados depois de declarada a vacância da herança, nos termos do art. 742, §2º do CPC.

A alternativa C está incorreta. O Código de Processo Civil não prevê expressamente que o procedimento de inventário e partilha não é obrigatoriamente sobrestado pela existência de dívidas do espólio com a fazenda pública.

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública tem dentre suas principais atuações a defesa dos interesses de pessoas hipossuficientes, conforme assim também prevê o art. 185 do CPC. Desse modo, a ação possessória em que se verifique existência de litisconsórcio passivo e multitudinário de pessoas hipossuficientes não terá a atuação da Defensoria Pública dispensada por conta da participação efetiva do Ministério Público, o qual as atuações não se confundem.

A alternativa E está correta. O Código de Processo Civil prevê expressamente no art. 700, II, do CPC o seguinte: “A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;”.

**QUESTÃO 48. Assinale a opção em que são corretamente apresentadas, conforme regra expressamente prevista no CPC, hipóteses supervenientes à propositura da demanda que impõem a redistribuição da causa, fazendo cessar a perpetuação da jurisdição.**

**a) alteração da competência absoluta e impedimento do juiz.**

**b) impedimento do juiz e alteração do domicílio do réu.**

**c) alteração da competência relativa e alteração do domicílio do réu**

**d) alteração da competência relativa e supressão de órgão judiciário.**

**e) supressão de órgão judiciário e alteração da competência absoluta.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre a perpetuação da jurisdição, exigindo do examinando o conhecimento acerca da previsão expressa do Código de Processo Civil nesse sentido.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 43 do CPC, determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, SALVO quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta. Vejamos: “Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.” Ou seja, havendo hipótese de supressão de órgão judiciário e alteração da competência absoluta, haverá a modificação competência. Caso o contrário, seguirá a competência que lhe foi destinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa E.

**QUESTÃO 49. Consoante recente entendimento jurisprudencial do STJ, o pronunciamento judicial que, em primeiro grau, reconhece a inexigibilidade parcial da execução fiscal é**

**a) recorrível mediante a interposição de agravo de instrumento, sendo admitida a aplicação do princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de apelação.**

**b) recorrível mediante a interposição de apelação, sendo admitida a aplicação do princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de agravo de instrumento.**

**c) irrecorrível, salvo em caso de interposição de embargos de declaração.**

**d) recorrível mediante a interposição de apelação, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de agravo de instrumento.**

**e) recorrível mediante a interposição de agravo de instrumento, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de apelação.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Para a resolução dessa questão exigiu o conhecimento da jurisprudência recente do STJ.

A alternativa E está correta. O pronunciamento judicial que, em primeiro grau, reconhece a inexigibilidade parcial da execução fiscal é decisão interlocutória, portanto, há a interposição do recurso de agravo de instrumento. Conforme o entendimento do Supremo Tribunal de Justiça sobre o tema é de que a interposição de apelação constituiria erro grosseiro, o que impediria, conseqüentemente, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. A decisão que declara a inexigibilidade parcial da execução é recorrível mediante agravo de instrumento, configurando erro grosseiro a interposição de apelação, o que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. STJ. 2ª Turma. REsp 1947309-BA, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 7/2/2023 (Info 763).

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 50.** A respeito de ação civil pública, mandado de segurança e execução contra a fazenda pública, julgue os itens seguintes.

**I.** De acordo com a jurisprudência do STJ, na ação civil pública ajuizada por associação na qualidade de substituta processual de consumidores, a legitimidade para a liquidação e execução da sentença é restrita aos indivíduos que, comprovadamente, eram filiados à associação no momento da propositura da ação.

**II.** Em decorrência do princípio da unirrecorribilidade recursal, a Lei do Mandado de Segurança veda a interposição concomitante de agravo de instrumento e de pedido de suspensão, pela pessoa jurídica de direito público interessada, contra decisão interlocutória que, em primeiro grau, defira liminarmente a segurança pleiteada.

**III.** Na execução contra a fazenda pública, o STF entende ser legítima a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição de pequeno valor (RPV) ou do precatório.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Passamos a analisar item a item.

O item I está incorreto. Conforme o entendimento do STJ ao julgar o Tema 948, nas ações civis públicas propostas por associação que atua como substituta processual de consumidores, têm legitimidade para liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à entidade autora.

O item II está incorreto. Nos termos do art. 7º, §1º, da Lei 12.016/09, da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Portanto, a lei do Mandado de Segurança prevê o contrário de que afirma a assertiva. É plenamente possível a interposição do agravo de instrumento e do manejo do pedido de suspensão de segurança, justamente por conta do pedido de

suspensão de segurança não é um recurso. Ou seja, plenamente possível a interposição tanto do agravo de instrumento quanto do manejo do pedido de suspensão de segurança pelo ente público.

O item III está correto. Nos termos do Tema 96 do STF - “Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.”

A alternativa B está correta. Apenas o item III está correto, Nos termos do Tema 96 do STF - “Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.” As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários acima expostos.

**QUESTÃO 51. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o abono pecuniário de férias é o direito do empregado de converter**

**a) 1/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo.**

**b) 1/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até dez dias antes do término do período aquisitivo.**

**c) 2/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo.**

**d) 1/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até cinco dias antes do término do período aquisitivo.**

**e) 2/3 de suas férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo ao empregador até dois dias antes do término do período aquisitivo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata acerca da matéria de abono pecuniário.

A alternativa A está correta. Conforme a literalidade do art. 143, §1º, da CLT, o abono de férias deverá ser requerido até quinze dias antes do término do período aquisitivo.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 143, §1º da CLT, o abono pecuniário deverá ser requerido ao empregador quinze dias antes do término do período aquisitivo e não dez dias.

A alternativa C está incorreta. O empregado poderá converter 1/3 de suas férias, nos termos do art. 143, §1º, da CLT.

A alternativa D está incorreta. O abono das férias deverá ser informado ao empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo, nos termos do art. art. 143, §1º, da CLT.

A alternativa E está incorreta. O empregado poderá converter 1/3 de suas férias, devendo informar o empregador até quinze dias antes do término do período aquisitivo nos termos do art. 143, §1º, da CLT.

**QUESTÃO 52. Durante a lactação, uma empregada que trabalha em ambiente insalubre e recebe o respectivo adicional**

- a) deve ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau médio ou máximo, apenas
- b) pode continuar exercendo suas atividades normalmente, somente sendo necessário seu afastamento do trabalho se ela tiver passado por gravidez de risco.
- c) pode continuar exercendo suas atividades normalmente, não sendo necessário seu afastamento do trabalho.
- d) deve ser afastada de atividades consideradas insalubres em qualquer grau.
- e) deve ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau máximo, apenas.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão continha aspecto jurisprudencial acerca das gestantes e lactantes em trabalhos insalubres.

Aqui vale mencionar que o art. 394-A, II e III condicionava o afastamento da lactante a atestado médico que recomendava o afastamento. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal considerou este artigo inconstitucional, entendendo que o trabalho de gestantes e de lactantes em atividades insalubres viola a Constituição Federal.

A alternativa D está correta. A proteção à maternidade e a integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser afastados pelo desconhecimento, impossibilidade ou a própria negligência da gestante, ou lactante em apresentar um atestado médico, sob pena de prejudicá-la e prejudicar o recém-nascido, nos termos do julgamento da ADI 5938. é inconstitucional a expressão “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento”, contida nos incisos II e III do art. 394-A da CLT, inseridos pelo art. 1º da Lei nº 13.467/2017. As demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 53. Acerca da rescisão do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir.**

**I. Qualquer que seja a causa ou a forma de dissolução do contrato, o instrumento de rescisão deve especificar a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminar o seu valor, sendo válida a quitação apenas em relação às mesmas parcelas.**

**II. Qualquer compensação no pagamento da rescisão contratual não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.**

**III. O pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão e a entrega, ao empregado, de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes deverão ser efetuados em até dez dias, contados a partir do término do contrato.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a rescisão do contrato de trabalho, previsto no art. 477 e seguintes da CLT. Passamos a analisar item a item.

O Item I está correto, nos termos do art. 477, §2º da CLT, vejamos: “O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.”

O item II está correto, nos termos do art. 477, § 5º, CLT. Vejamos: “Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.”

O item III está correto, nos termos do art. 477, § 6º, CLT. Vejamos: “A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

A alternativa A está incorreta. Não apenas o item I está correto, também estando corretos os itens II e III estão corretos, nos termos do art. 477, §5º e §6º, da CLT.

A alternativa B está incorreta. Não apenas o item II está correto, também estando corretos os itens I e II estão corretos, nos termos do art. 477, §2º e §5º, da CLT.

A alternativa C está incorreta. Não apenas os itens I e II estão corretos, estando também o item III correto, nos termos do art. 477, §6º, da CLT.

A alternativa D está incorreta. Não apenas os itens II e II estão corretos, estando também o item II correto, nos termos do art. 477, §2º, da CLT.

A alternativa E está correta. Portanto, os item I, II e III estão corretos, nos termos do art. 477, §2º, §5º e §6º, da CLT.

**QUESTÃO 54. O empregado pode deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por**

**a) 8 dias, em caso de falecimento de cônjuge ascendente ou descendente.**

**b) 5 dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou da guarda compartilhada.**

**c) até 2 dias, a cada 6 meses de trabalho, em caso de realização, devidamente comprovada, de exames preventivos de câncer.**

**d) 3 dias consecutivos, para fim de alistamento eleitoral.**

**e) até 5 dias consecutivos, em virtude de casamento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata acerca das hipóteses de interrupção do contrato de trabalho dispostas no art. 473 da CLT.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art 473, I, CLT, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, o empregado pode deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 473, III, CLT, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até cinco dias consecutivos.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 473, XII, CLT, a cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até três dias.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 473, V, CLT, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 473, II, CLT, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por três dias consecutivos, em virtude de casamento.

**QUESTÃO 55. Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), servidor público contratado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém sem prévia aprovação em concurso público,**

a) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

b) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas respeitado o valor da hora do salário-base, sem direito a sacar o FGTS eventualmente depositado.

c) não tem direito a verba rescisória, haja vista a nulidade contratual devido à inconstitucionalidade dessa contratação.

d) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, em direito a sacar o FGTS eventualmente depositado.

e) tem direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-base, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Para resolução desta questão, a banca examinadora exigiu conhecimento da Súmula nº 363 do TST, que trata sobre contratação de servidor público contratado após a promulgação da Constituição Federal de 1988 sem prévia aprovação em concurso público. Vejamos: “A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.”

Portanto, estando a alternativa A nos termos do entendimento da Súmula nº 363 do TST, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 56. A avaliação dos bens penhorados em virtude da execução de decisão condenatória será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes e, uma vez concluída a avaliação, seguir-se-á a arrematação, em que os bens serão vendidos pelo maior lance. Nesse caso, o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a:**

a) 10% do seu valor.

b) 15% do seu valor.

c) 20% do seu valor.

d) 25% do seu valor.

e) 30% do seu valor.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema execução trabalhista.

De acordo com artigo 888, § 2º, da CLT: “Art. 888 - Concluída a avaliação, dentro de dez dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de vinte dias. (...) § 2º O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.”

Desta feita, fica correta a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 57. Na justiça do trabalho, o procedimento sumaríssimo aplica-se aos dissídios individuais cujo valor seja de, no máximo:**

- a) 15 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- b) 20 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- c) 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- d) 50 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- e) 60 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema dissídio individual, mais precisamente sobre o procedimento sumaríssimo.

De acordo com art. 852-A, da CLT: “Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.”

Desta feita, fica correta a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 58. Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na justiça do trabalho, contra decisão proferida por órgão colegiado:**

- a) é cabível agravo interno ou agravo regimental.
- b) é incabível agravo interno ou agravo regimental, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade.
- c) é incabível agravo interno ou agravo regimental, sendo aplicável o princípio da fungibilidade.
- d) é cabível agravo regimental, apenas.
- e) é cabível agravo interno, apenas.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

De acordo com a OJ nº 412 do SBDI-1-TST: “É incabível agravo interno (art. 1.021 do CPC de 2015, art. 557, §1º, do CPC de 1973) ou agravo regimental (art. 235 do RITST) emtra decisão proferida por Órgão Colegiado. Tais recursos destinam-se, exclusivamente, a impugnar decisão monocrática nas hipóteses previstas. Inaplicável, no caso, o princípio da fungibilidade emte a emfiguração de erro grosseiro.”

Portanto, de acordo com o emtendimento colacionado, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 59. Acerca das partes e dos procuradores na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes conforme o entendimento jurisprudencial do TST.**

**I. Aplica-se ao processo do trabalho a norma processual que permite que os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, gozem de prazos contados em dobro para suas manifestações.**

**II. Os procuradores municipais podem representar em juízo as autarquias e fundações públicas do respectivo município somente se designados pela lei da respectiva unidade da Federação ou se investidos de instrumento de mandato válido.**

**III. Os procuradores municipais, quando representarem o município em juízo, estão dispensados da juntada de instrumento de mandato de comprovação do ato de nomeação, sendo desnecessário declararem-se exercentes do cargo de procurador e indicarem o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).**

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema partes e dos procuradores na justiça do trabalho.

O Item I está incorreto. De acordo com a OJ nº 310 do SBDI-1-TST: “LITISCONSORTES. PROCURADORES DISTINTOS. PRAZO EM DOBRO. ART. 229, CAPUT E §§ 1º E 2º, DO CPC DE 2015. ART. 191 DO CPC DE 1973. INAPLICÁVEL AO PROCESSO DO TRABALHO. Inaplicável ao processo do trabalho a norma contida

no art. 229, caput e §§ 1º e 2º, do CPC de 2015 (art. 191 do CPC de 1973), em razão de incompatibilidade com a celeridade que lhe é inerente.”

O Item II está correto. De acordo com a OJ nº 318 do SBDI-1-TST: “I - Os Estados e os Municípios não têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias e das fundações públicas. II – Os procuradores estaduais e municipais podem representar as respectivas autarquias e fundações públicas em juízo somente se designados pela lei da respectiva unidade da federação (art. 75, IV, do CPC de 2015) ou se investidos de instrumento de mandato válido.”

O Item III está incorreto. De acordo com a Súmula 436 do TST: “I – A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação. II – Para os efeitos do item anterior, é essencial que o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.”

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 60. Determinado sindicato ajuizou ação em defesa de direitos dos sindicalizados, na qualidade de substituto processual. Entretanto, o juízo da causa extinguiu o processo sem resolução de mérito, por entender que o sindicato seria parte ilegítima ad causam. Nessa situação hipotética, a ação movida pelo sindicato:**

**a) suspende a prescrição.**

**b) impede a ocorrência da prescrição.**

**c) não interrompe nem suspende a prescrição, porquanto sindicato não pode agir na qualidade de substituto processual, mas somente na de representante processual.**

**d) interrompe a prescrição.**

**e) não interrompe nem suspende a prescrição, já que o sindicato foi considerado parte ilegítima.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema partes e dos procuradores na justiça do trabalho, mais precisamente sobre a substituição processual.

De acordo com a Súmula 268 do TST: “PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO. AÇÃO TRABALHISTA ARQUIVADA (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.” No mesmo sentido, é a OJ nº 359 do SBDI-1-TST, vejamos: “A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima “ad causam”.”

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, a ação movida pelo sindicato interrompe a prescrição. Assim, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 61. Julgue os seguintes itens, referentes à seguridade social.**

**I. Os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social são assegurados por um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.**

**II. Ao organizar a seguridade social, o poder público deve assegurar a irredutibilidade do valor dos benefícios, nos termos da lei.**

**III. Diferentemente do direito à previdência social, tanto o direito à saúde quanto o direito à assistência social não estão vinculados a qualquer contraprestação por seus usuários.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **Letra E**. A questão trata sobre normas gerais da seguridade social.

O item I está correto. Trata-se de previsão contida no art. 194 da CF/88.

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 194, IV da CF/88.

O item III está correto. A Previdência Social possui caráter contributivo conforme previsto no art. 201 da CF/88.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C, e D.

**QUESTÃO 62. A respeito do custeio da seguridade social, assinale a opção correta.**

**a) Contribuições sociais sobre bens e serviços financiarão a seguridade social nos termos da lei complementar.**

**b) As fontes de receitas da seguridade social estão taxativamente previstas na Constituição Federal de 1988 (CF).**

**c) A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um rol de serviços da seguridade social que poderão ser estendidos sem a necessidade da correspondente fonte de custeio total.**

**d) As receitas do Distrito Federal destinadas à seguridade social constarão diretamente no orçamento da União.**

**e) Nenhum recurso proveniente do orçamento dos municípios poderá ser destinado a financiar de forma direta, a seguridade social nas respectivas unidades da Federação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre normas gerais da seguridade social.

A alternativa A está correta. Trata-se de inovação promovida pela EC nº 132/2023 no art. 195, V da CF/88.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 195, § 4º: “A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 195§5º: “Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 195§1ª: “As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União”.

A alternativa E está incorreta. A seguridade social será financiada também pelos municípios conforme previsto no caput do art. 195 da CF/88.

**QUESTÃO 63. A CF assegura, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição entre diversos regimes previdenciários. Com base nas disposições constitucionais pertinentes a tal direito, assinale a opção correta, admitindo que a sigla RGPS, sempre que utilizada significa regime geral de previdência social.**

**a) É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição somente entre os regimes próprios de previdência social (RGPS), observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.**

**b) É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição somente entre o RGPS e regime de previdência complementar, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.**

**c) É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de contagem recíproca.**

**d) O tempo de serviço militar, em nenhuma hipótese, poderá ser objeto de contagem recíproca de tempo de contribuição com outros regimes previdenciários para fins de inativação militar ou aposentadoria.**

**e) É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS, regime de previdência complementar e regimes próprios de previdência social (RPPS), bem como destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a contagem recíproca do tempo de contribuição.

A alternativa A está incorreta. A contagem recíproca também será permitida entre o Regime Geral conforme previsto no art. 201§9 da CF/88.

A alternativa B está incorreta. A contagem recíproca também será permitida entre diferentes Regimes próprios conforme previsto no art. 201§9 da CF/88.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 201§14 da CF/88.

A alternativa D está incorreta. Conforme previsto no art. 201§9A da CF/88: O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)”.

A alternativa E está incorreta. Não há disposição expressa acerca do regime de previdência complementar no art. 201§9 da CF/88: “Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei”.

**QUESTÃO 64. Um servidor ocupante de cargo público efetivo no município de Cuiabá ingressou no serviço público mediante concurso público, no ano de 1998. Desde então, é segurado obrigatório do RPPS do município de Cuiabá. Até a presente data, ele se encontra em atividade, ainda não tendo completado os requisitos para se aposentar.**

**Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o salário de contribuição do referido servidor é composto**

**a) Da remuneração total, incluídos o auxílio-alimentação e o auxílio-creche.**

**b) Do vencimento do cargo efetivo e de eventual valor pago habitualmente a título de horas extras.**

**c) Do vencimento do cargo efetivo e de eventuais parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho.**

**d) Do vencimento do cargo efetivo e de qualquer vantagem pecuniária incorporada, na forma da legislação específica.**

**e) Da remuneração total, incluída a gratificação de 1/3 de férias prevista constitucionalmente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre o salário de contribuição.

A alternativa A está incorreta. LC 399/2015 Art. 51:"§ 1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias: IV - o auxílio-alimentação e o auxílio-creche”;

A alternativa B está incorreta. Art. 51:" § 1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:" III - a indenização de transporte e horas extras”.

A alternativa C está incorreta. Art. 51:" § 1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:" VI - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho”.

A alternativa D está correta. Trata-se de previsão contida no caput do art. 51 da LC 399/2015 do município de Cuiabá que assim dispõe: Considera-se base de cálculo das contribuições o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, décimo terceiro vencimento, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado”.

A alternativa E está incorreta. Art. 51:" §1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:" V - a gratificação de 1/3 de férias prevista no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal e férias indenizadas”.

**QUESTÃO 65. Julgue os itens que se seguem, referentes ao regime de previdência complementar do município de Cuiabá, instituído pela Lei Complementar nº 500/2021.**

**I. Poderá ingressar na condição de participante desse regime o servidor público titular do cargo efetivo ou emprego público municipal, dos Poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que aderir aos planos de benefícios administrados por entidade de previdência complementar a que o município de Cuiabá fizer adesão.**

**II. O referido regime será aplicado, entre outros, aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, dos Poderes Executivos e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do município de Cuiabá a partir da data de início da vigência do regime de previdência complementar municipal, cuja remuneração supere o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGP, ressalvada a faculdade de manifestar a ausência de interesse de adesão no regime.**

**III. A contribuição do patrocinador será paritária ao percentual escolhido pelo participante, entre aqueles constantes do regulamento, não podendo superar o limite de 8,5% sobre a parcela que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre a LC 500/2021.

O item I está incorreto. Exclui-se da condição de participante o empregado público municipal. Confira a literalidade da lei: “art. 11 Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios os servidores titulares de cargo efetivo dos poderes, Legislativo e Executivo do Município de Cuiabá, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos das exigências previstas nesta Lei”.

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 11, caput da LC 500/2021.

O item III está correto. Trata-se da literalidade do art. 15§2ª da LC 500/2021.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

**QUESTÃO 66. À luz da Lei Complementar nº 500/2021, que institui o regime de previdência complementar do município de Cuiabá, assinale a opção correta.**

- a) O participante que esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, estado, Distrito Federal ou município, incluídas suas empresas públicas e sociedades de economia mista, não poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefício durante o período da cessão.**
- b) É de 90 dias o prazo para a retratação da opção pela inscrição no regime de previdência complementar.**
- c) O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cuiabá (CUIABÁ-PREV) aos servidores titulares de cargos efetivos dos Poderes Executivos e Legislativos, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público municipal a partir da data de início da vigência do regime d**

**previdência complementar municipal não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS.**

**d) Os participantes poderão realizar contribuições facultativas ou adicionais, de caráter voluntário, com a contrapartida do patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios.**

**e) O participante que esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer ente da Federação, não poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefício durante o período de afastamento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre a LC 500/2021

A alternativa A está incorreta. O participante poderá permanecer no plano de benefício conforme disposto no art. 12, I da LC 500/2021.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no art. 5º§2 da LC 500/2021 o exercício dessa opção é irretratável e irrevogável.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 1ª da LC 500/2021.

A alternativa D está incorreta. Não haverá contrapartida conforme previsto no art. 14§3º da LC 500/2021.

A alternativa E está incorreta. Poderá permanecer inscrito conforme previsto no art. 12, II da LC 500/2021.

**QUESTÃO 67. Considerando a reforma da previdência empreendida por meio da Emenda constitucional nº 103/2019, assinale a opção correta.**

**a) Relativamente às aposentadorias dos servidores com deficiência, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios a citada reforma promoveu alterações autoaplicáveis nos respectivos RPPS.**

**b) Na referida emenda constitucional não foi estabelecida alíquota mínima da contribuição previdenciária dos servidores a ser observada pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.**

**c) A referida emenda constitucional não revogou as normas de transição sobre aposentadoria estabelecidas pelas reformas da previdência anteriores.**

**d) A partir da promulgação da citada emenda constitucional, suas normas passaram a ser aplicadas às pensões por morte concedidas pelo RPPS aos dependentes de servidores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.**

**e) Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à referida reforma, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo RPPS.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra E**. A questão trata sobre a reforma da previdência.

A alternativa A está incorreta. Contraria o disposto no art. 39§4A da CF/88 que dispõe: Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 8º, § 4º da EC 103/2019: Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social”.

A alternativa C está incorreta. As revogações encontram-se previstas no art. 35 da EC 103/2019.

A alternativa D está incorreta. A EC 103/2019 deixou para que cada ente federativo dispusesse sobre o seu próprio regime de pensão por morte, aplicando-se as leis federais enquanto não aprovada a nova legislação.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 4º§9º da EC 103/2019.

**QUESTÃO 68. Com base nas disposições da LEI Complementar nº 399/2015 relativas às aposentadorias concedidas pelo CUIABÁ-PREV, julgue os próximos itens.**

**I. O segurado aposentado por invalidez permanente em decorrência de acidente de trabalho em serviço faz jus a proventos proporcionais ao seu tempo de contribuição.**

**II. Ao completar 70 anos de idade, o segurado será compulsoriamente aposentado, com proventos proporcionais ao seu tempo de contribuição**

**III. É possível a concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais ou com proventos proporcionais.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre a LC 399/2015.

O item I está incorreto. Os proventos deverão ser integrais conforme exceção prevista no art. 12, I da LC 399/2015.

O item II está incorreto. A aposentadoria compulsória se dará aos 75 anos conforme o art. 12, II da LC 399/2015.

O item III está correto. Trata-se de possibilidade prevista na LC 399/2015.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

**QUESTÃO 69. A respeito do cálculo das aposentadorias previdenciárias no RPPS do município de Cuiabá, assinale a opção correta.**

**a) Será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a data de início da contribuição, se posterior àquela competência, multiplicada tal média aritmética pelo fator previdenciário.**

**b) Será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a data de início da contribuição, se posterior àquela competência.**

**c) Desde que compreendidas no período contributivo, não há limite inferior ou superior das remunerações a serem consideradas no cálculo da aposentadoria, após a atualização estabelecida na forma da lei.**

**d) Haverá incidência do fator previdenciário apenas no cálculo da aposentadoria por invalidez permanente, se decorrente de doença grave, contagioso ou incurável especificada em lei.**

**e) Quando da concessão da aposentadoria, os proventos de aposentadoria calculados poderão exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, em razão da atualização das remunerações consideradas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre o cálculo das aposentadorias.

A alternativa A está incorreta. Não se aplica o fator previdenciário ao caso.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 35 da LC 399/2015.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o art. 35 §4º da LC 399/2015 que: **§ 4º** Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser: I - inferiores ao valor do salário mínimo; e II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

A alternativa D está incorreta. Não se aplica o fator previdenciário ao regime próprio.

A alternativa E está incorreta. Contraria o art. 35§7º da LC 399/2015.

**QUESTÃO 70. Julgue os seguintes itens, acerca da aposentadoria pelo RPPS do município de Cuiabá.**

**I. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados, ressalvados nos termos definidos em lei complementar, apenas os seguintes perfis de segurados: servidores portadores de deficiência, servidores que exerçam atividades de risco e servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física.**

**II. O ocupante do cargo de professor do município de Cuiabá poderá reduzir em 5 anos os requisitos de idade e de tempo de contribuição para aposentadoria voluntária com proventos integrais, caso comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.**

**III. Para usufruto da prerrogativa de redução do tempo exigido nos requisitos de idade e tempo de contribuição para fins de aposentadoria do professor do município de Cuiabá, somente será considerada coo função de magistério a docência propriamente dita.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Nenhum item está certo.**

**b) Apenas o item I está certo.**

**c) Apenas o item III está certo.**

**d) Apenas os itens I e II estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **Letra D**.

O item I está correto. Trata-se da literalidade do art. 12 §2º da LC 399/2015.

O item II está correto. Trata-se da regra anterior a EC 103/2019 alinhada às disposições do art. 12§3º da LC 399/2015.

O item III está incorreto. Contraria o art. 12§4º da LC 399/2015: São consideradas as funções de magistério, contida no parágrafo anterior, as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas quando exercidas em estabelecimento de educação básica, além do exercício de docência, tais como a função de direção de unidade escolar, de coordenação e assessoramento pedagógico.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

**QUESTÃO 71. Acerca do meio ambiente como direito fundamental, das competências ambientais legislativa e material e da responsabilidade administrativa, civil e penal no âmbito do direito ambiental, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).**

**a) A prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originariamente competente para o licenciamento ou autorização ambiental exclui a atuação supletiva de outro ente federado.**

**b) É inconstitucional norma estadual que, sem afastar a aplicação da legislação nacional em matéria ambiental e o dever de consulta prévia às comunidades indígenas e tradicionais, quando diretamente atingidas por ocuparem zonas contíguas, autorize a concessão à iniciativa privada da exploração de serviços ou do uso de bens imóveis do Estado.**

**c) É imprescritível o título executivo decorrente de condenação por dano ambiental posteriormente convertida em perdas e danos.**

**d) A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que se refere à recomposição dos danos ambientais.**

**e) É constitucional norma estadual que exija anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em matéria ambiental.

A alternativa A está incorreta, pois nessa hipótese não há exclusão da atuação supletiva de outro ente federado. Nesse sentido, o entendimento do STF na ADI 4757 que: “julgou parcialmente procedente a ação direta para conferir interpretação conforme à Constituição Federal: (i) ao § 4º do art. 14 da Lei Complementar nº 140/2011 para estabelecer que a omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva do art. 15 e (ii) ao § 3º do art. 17 da Lei Complementar nº 140/2011, esclarecendo que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória. Tudo nos termos do voto da Relatora.

O Ministro Nunes Marques acompanhou a Relatora com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 2.12.2022 a 12.12.2022”.

A alternativa B está incorreta, pois trata-se de norma constitucional. Sobre o tema, o STF fixou a seguinte tese no julgamento da ADI 7008: “1. É constitucional norma estadual que, sem afastar a aplicação da legislação nacional em matéria ambiental (inclusive relatório de impacto ambiental) e o dever de consulta prévia às comunidades indígenas e tradicionais, quando diretamente atingidas por ocuparem zonas contíguas, autoriza a concessão à iniciativa privada da exploração de serviços ou do uso de bens imóveis do Estado; 2. A concessão pelo Estado não pode incidir sobre áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, remanescentes quilombolas e demais comunidades tradicionais”.

A alternativa C está incorreta, pois é prescritível o título executivo decorrente de condenação por dano ambiental posteriormente convertida em perdas e danos. Consoante o entendimento do STJ no AREsp 1.941.907-RJ, “a pretensão executória de obrigações de fazer previstas em Termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado para reparação de danos ambientais decorrentes de empreendimento imobiliário, quando relacionadas a questões meramente patrimoniais, não visando a restauração de bens de natureza ambiental, sujeita-se à prescrição quinquenal”. Cumpre destacar que o referido entendimento foi veiculado no informativo de jurisprudência nº 744, de 15 de agosto de 2022.

A alternativa D está correta, à luz do entendimento do STF no tema 999 de repercussão geral: “A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que toca à recomposição dos danos ambientais. [RE 654.833, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 20-4-2020, P, DJE de 24-6-2020, Tema 999, com mérito julgado.]”.

A alternativa E está incorreta, pois é inconstitucional norma estadual que exige anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental, de acordo com o entendimento do STF na ADI 4348: “I – É inconstitucional, por violar o princípio da separação dos poderes, a submissão prévia ao Poder Legislativo estadual, para aprovação, dos instrumentos de cooperação firmados pelos órgãos componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. II - A transferência de responsabilidades ou atribuições de órgãos componentes do SISNAMA é, igualmente, competência privativa do Poder Executivo e, dessa forma, não pode ficar condicionada a aprovação prévia da Assembleia Legislativa”.

**QUESTÃO 72. Acerca de espaços territoriais especialmente protegidos, julgue os itens que se seguem, considerando as disposições da Lei nº 9.985/2000.**

**I. A reserva biológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.**

**II. A reserva biológica é sempre de posse e domínio público.**

**III. A reserva extrativista e a reserva de fauna são consideradas unidades de conservação de uso sustentável.**

**IV. O monumento natural, unidade de conservação de proteção integral, pode ser constituído por áreas públicas ou particulares.**

**Estão certos apenas os itens**

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre os espaços territoriais especialmente protegidos previstos na Lei nº 9.985/2000.

O item I está incorreto, pois trata-se de objetivo atribuído à estação ecológica, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.985/2000: “Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”. Por outro lado, o art. 10 da Lei nº 9.985/2000 dispõe acerca do objetivo da reserva biológica: “Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”.

O item II está correto, nos termos do art. 10, §1º, da Lei nº 9.985/2000: “§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”.

O item III está correto, nos termos do art. 14, IV e V, da Lei nº 9.985/2000: “Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna”.

O item IV está correto. O monumento natural é unidade de conservação de proteção integral, nos termos do art. 8º, IV, da Lei nº 9.985/2000: “Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: IV - Monumento Natural”. Além disso, pode ser constituído por áreas públicas ou particulares, de acordo com o art. 12, §1º, da Lei nº 9.985/2000: “§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários”.

**QUESTÃO 73. A respeito do meio ambiente como direito fundamental, dos princípios estruturantes do direito ambiental e da responsabilidade administrativa, civil e penal no âmbito do direito ambiental, julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**I. O princípio do compartilhamento de atribuição (corresponsabilidade solidária), aplicável à atividade fiscalizatória ambiental, prevê que todos os entes federativos possuem o dever-poder de polícia ambiental.**

**II. No licenciamento ambiental, aplica-se o princípio da concentração mitigada de atribuição.**

**III. O direito de acesso à informação ambiental divide-se em três vertentes: i) o dever de publicação, na Internet, dos documentos ambientais detidos pela administração pública não sujeitos a sigilo (transparência ativa); ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); e iii) direito de requerer a produção de informação ambiental não disponível para a administração pública (transparência reativa).**

**IV. A responsabilidade civil da administração pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas os itens I e II estão certos.**
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.**
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra E. A questão aborda o conhecimento sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em matéria ambiental.

O item I está correto, conforme o entendimento da jurisprudência do STJ: “[...] 4. O ordenamento jurídico brasileiro conferiu a todos os entes federativos o dever-poder de polícia ambiental, que inclui tanto a competência de fiscalização, como a competência de licenciamento, faces correlatas, embora inconfundíveis, da mesma moeda, as quais respondem a regime jurídico diferenciado. Para aquela, nos termos da Lei Complementar 140/2011, vigora o princípio do compartilhamento de atribuição (= corresponsabilidade solidária). Para esta, em sentido diverso, prevalece o princípio da concentração mitigada de atribuição, mitigada na acepção de não denotar centralização por exclusão absoluta, já que, com frequência, responde mais a intento pragmático de comodidade e eficiência do que à falta de poder/interesse/legitimidade de outras esferas federativas. Precedentes. [...] (AgInt no REsp n. 1.922.574/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 29/11/2021, DJe de 16/12/2021)”.

O item II está correto, pois está em consonância com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 214, item 4, vejamos: “4) O ordenamento jurídico brasileiro confere a todos os entes federativos o dever-poder de polícia ambiental, que engloba a competência de fiscalização, regida pelo princípio do compartilhamento de atribuição, e a competência de licenciamento, na qual prevalece o princípio da concentração mitigada de atribuição”.

O item III está correto. Em julgamento do Incidente de Assunção de Competência (IAC 13), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu quatro teses relativas ao direito de acesso à

informação no direito ambiental: “14. Fixam-se as seguintes teses vinculantes neste IAC: Tese A) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa); ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); e iii) direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a Administração (transparência reativa); Tese B) Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente; Tese C) O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas sobre o imóvel, de interesse público, inclusive as ambientais; Tese D) O Ministério Público pode requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações alusivas a suas funções institucionais. (REsp n. 1.857.098/MS, relator Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, julgado em 11/5/2022, DJe de 24/5/2022.)”.

O item IV está correto, pois consiste na redação literal da Súmula 652 do STJ: “A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária”.

Portanto, a alternativa E está correta, pois todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 74. Com base na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997) e no Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), julgue os itens a seguir.**

**I. É facultado ao Poder Executivo federal delegar aos estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União, devendo tal outorga ser feita por prazo máximo de 35 anos, admitida a sua renovação.**

**II. Os manguezais situados em área urbana ou rural são considerados, em toda a sua extensão, área de preservação permanente.**

**III. A área de reserva legal pode ser agrupada em regime de condomínio, na hipótese de parcelamento de imóveis rurais.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997) e sobre o Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012).

O item I está correto, nos termos do art. 14, §1º, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997): “Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal. § 1º O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União”.

O item II está correto, pois os manguezais integram o rol das áreas de preservação permanente previsto no art. 4º do Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), que assim dispõe no inciso VII: “Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: VII - os manguezais, em toda a sua extensão”.

O item III está correto, conforme previsão expressa no art. 16, parágrafo único, do Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012): “Art. 16. Parágrafo único. No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes”.

**QUESTÃO 75. Com base na Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979) e suas alterações, assinale a opção correta.**

**a) Desde a aprovação do loteamento, passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.**

**b) Excepcionalmente, um lote pode situar-se em mais de uma circunscrição imobiliária.**

**c) Nas desapropriações, serão considerados terrenos loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.**

**d) O loteador tem a obrigação de manter escrituração contábil completa, salvo se estiver desobrigado pela legislação tributária.**

**e) Os terrenos cujas condições geológicas não aconselham a edificação inadmitem parcelamento do solo urbano.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979).

A alternativa A está incorreta, pois, na hipótese, o termo inicial é a data do registro do loteamento, conforme dispõe o art. 22 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): “Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços

livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo”.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o disposto no art. 21, §1º, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): “Art. 21. § 1º Nenhum lote poderá situar-se em mais de uma circunscrição”.

A alternativa C está incorreta, pois está em desconformidade com o disposto no art. 42 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): “Art. 42. Nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado”.

A alternativa D está incorreta, pois a lei não prevê exceção quanto à obrigação de manter escrituração contábil completa. De acordo com o art. 18-D, VIII, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): “Art. 18-D. Incumbe ao loteador: VIII - manter escrituração contábil completa, ainda que esteja desobrigado pela legislação tributária”.

A alternativa E está correta, pois consiste em hipótese expressa na qual não será permitido o parcelamento do solo, nos termos do art. 3º, parágrafo único, IV, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979): “Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação”.

**QUESTÃO 76. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981), assinale a opção correta a respeito da servidão ambiental.**

**a) Durante o prazo de vigência da servidão ambiental, permite-se que a destinação da área seja alterada nos casos de retificação dos limites do imóvel.**

**b) Caso a servidão ambiental seja destinada à compensação de reserva legal, tal servidão deverá ser averbada na matrícula de um dos imóveis envolvidos.**

**c) É vedado ao detentor da servidão ambiental aliená-la, em caráter definitivo, em favor de entidade privada, ainda que esta tenha a conservação ambiental como fim social.**

**d) A restrição à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.**

**e) A servidão ambiental pode ser onerosa ou gratuita, porém deve ser temporária.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre a servidão ambiental no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981).

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, a lei não admite a alteração da destinação da área durante o prazo de vigência da servidão ambiental. De acordo com o art. 9º-A, §6º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): “§6º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel”.

A alternativa B está incorreta, pois, nessa hipótese, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos, consoante o disposto no art. 9º-A, §5º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): “§ 5º Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos”.

A alternativa C está incorreta, pois a mencionada alienação é possível. Assim dispõe o art. 9º-B, §3º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): “§ 3º O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social”.

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com a previsão expressa do art. 9º-A, §3º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981) : “§ 3º A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal”.

A alternativa E está incorreta, pois a servidão ambiental pode ser temporária ou perpétua, conforme dispõe o art. 9º-B da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981): “Art. 9º-B. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua”.

**QUESTÃO 77. De acordo com o Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo depende de**

**a) prévia aprovação do plano de manejo florestal sustentável (PMFS).**

**b) implementação de plano de suprimento sustentável (PSS).**

**c) implantação de programas de regularização ambiental (PRA).**

**d) prévia autorização do órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).**

**e) cadastro do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que consiste em um registro público eletrônico de âmbito estadual.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre os requisitos para a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, de acordo com o Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012).

A alternativa A está incorreta, pois a prévia aprovação do plano de manejo florestal sustentável (PMFS) não constitui um dos requisitos legais. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de 2 (dois) requisitos: i) o cadastramento do imóvel no CAR; ii) prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama”.

A alternativa B está incorreta, pois, a implementação de plano de suprimento sustentável (PSS) não constitui um dos requisitos legais. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de 2 (dois) requisitos: i) o cadastramento do imóvel no CAR; ii) prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama”.

A alternativa C está incorreta, pois a implantação de programas de regularização ambiental (PRA) não constitui um dos requisitos legais. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de 2 (dois) requisitos: i) o cadastramento do imóvel no CAR; ii) prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama”.

A alternativa D está correta, pois a prévia autorização do órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) consiste em um dos requisitos para a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo. De acordo com o art. 26, caput, do Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012): “Art. 26. A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama”.

A alternativa E está incorreta, pois o Cadastro Ambiental Rural (CAR) não é um registro de âmbito estadual, mas de âmbito nacional, conforme o disposto no art. 29 do Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012): “Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento”.

#### **QUESTÃO 78. Conforme o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001), o plano diretor**

- a) delimita a área para aplicação de operações consorciadas.**
- b) deve englobar o território do município, excetuando-se as áreas de preservação permanente (APP).**
- c) é facultativo para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.**
- d) delimita as áreas nas quais incidirá o direito de preempção.**
- e) pode fixar as áreas nas quais se permite a alteração de uso do solo urbano.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre o plano diretor.

A alternativa A está incorreta, pois a delimitação da área para aplicação de operações consorciadas ocorrerá por intermédio de lei municipal específica, não mediante previsão no plano diretor. De acordo com o art. 32 do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): “Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas”.

A alternativa B está incorreta, pois não há exceção quanto à abrangência territorial do município, nos termos do art. 40, §2º, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): “Art. 40. § 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo”.

A alternativa C está incorreta, pois é obrigatório o plano diretor para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico. De acordo com o art. 41, IV, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): “Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico”.

A alternativa D está incorreta, pois a delimitação das áreas nas quais incidirá o direito de preempção ocorrerá por intermédio de lei municipal, nos termos do art. 25, §1º, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001): “Art. 25. § 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência”.

A alternativa E está correta, pois está em conformidade com a previsão legal expressa do art. 29 do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.527/2001), segundo o qual: “Art. 29. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário”.

**QUESTÃO 79. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF), a execução de planos regionais de ordenação do território é de competência**

**a) da União, somente.**

**b) dos estados e do Distrito federal, somente.**

**c) dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, somente.**

**d) dos municípios, somente.**

**e) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre a competência da União prevista no art. 21 da Constituição Federal.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com a repartição constitucional de competência dos entes federativos. De acordo com o art. 21, IX, da Constituição Federal de 1988: “Art. 21. Compete à

União: IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pois a execução de planos regionais de ordenação do território é de competência exclusiva da União, nos termos do art. 21, IX, da Constituição Federal de 1988: “Art. 21. Compete à União: IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.

**QUESTÃO 80. No Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), é assegurado o direito a cidades sustentáveis, que é entendido como o direito**

**I. ao transporte.**

**II. aos serviços públicos.**

**III. à moradia.**

**IV. à infraestrutura urbana.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas os itens I e II e III estão certos.**

**b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.**

**c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.**

**d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre o direito a cidades sustentáveis.

Os itens I, II, III e IV estão corretos, pois estão em conformidade com o disposto no art. 2º, I, do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), in verbis: “Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Assim, a alternativa E está correta, pois todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 81. No que se refere ao conceito, ao objeto e às normas constitucionais de direito financeiro, assinale a opção correta, considerando, quando couber, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).**

**a) A disciplina da sustentabilidade da dívida pública deve se dar por lei da União aprovada pela maioria simples de ambas as casas do Congresso Nacional.**

**b) É da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo o projeto de lei que versa sobre normas de direito financeiro.**

**c) Um vereador pode apresentar projeto lei que crie despesa pública para o Poder Executivo municipal.**

**d) É concorrente entre União, estados e Distrito Federal a competência legislativa para formular normas gerais de direito financeiro, ainda que existente lei federal sobre tais normas.**

**e) O direito financeiro tem por objeto a atividade financeira do Estado, na qual se insere a receita pública, objeto de estudo em que o direito financeiro e o tributário estão em perfeita identidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema normas gerais de direito financeiro.

A alternativa A está incorreta, pois a sustentabilidade da dívida deve ser tratada por lei complementar, a qual, por sua vez, deve ser aprovada por maioria absoluta de ambas as casas do Congresso Nacional, conforme interpretação sistemática da Constituição Federal. “Art. 163. Lei complementar disporá sobre: (...) VIII - sustentabilidade da dívida, especificando (...) Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta”.

A alternativa B está incorreta, pois apenas as leis orçamentárias propriamente ditas (PPA, LDO e LOA) serão de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Nesse sentido, o art. 84, III, da CF disciplina que compete ao Presidente da República iniciar o processo legislativo na forma e casos previstos na própria Constituição. Ocorre que, nos termos dos arts. 84, XXIII e 165 da CF, compete ao Presidente da República iniciar as leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e orçamentária anual, apenas, nada restringindo às leis gerais de direito financeiro.

A alternativa C está correta, pois vai ao encontro da tese fixada pelo STF no Tema 917 da Repercussão Geral: “Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)”.

A alternativa D está incorreta, pois, em se tratando de competência concorrente, a União deverá editar normas gerais e, apenas em caso de inexistência de tais normas gerais é que os Estados exercerão competência plena, conforme disciplina constitucional: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...) § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. (...) § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades”.

A alternativa E está incorreta, pois a receita tributária, objeto de estudo do direito tributário, é apenas uma parcela da receita que é estudada pelo direito financeiro. Nesse sentido, exemplificativamente, é o art. 11, § 1º, da Lei nº 4.320/1964: “São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes”.

## **QUESTÃO 82. São absolutos, ou seja, não admitem exceções, os princípios orçamentários**

**a) da anualidade e da universalidade.**

**b) da exclusividade e da anualidade.**

**c) do orçamento bruto e da exclusividade.**

**d) do orçamento bruto e da unidade orçamentária.**

**e) da unidade de caixa e do equilíbrio.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema princípios orçamentários.

A alternativa A está incorreta, pois o princípio da universalidade é excepcionado no art. 3º da Lei nº 4.320/1964: “Art. 3º A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros”.

A alternativa B está incorreta, pois a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, são exceções ao princípio da exclusividade, conforme art. 165, § 8º, da CF: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei”.

A alternativa C está incorreta, pois o princípio da exclusividade comporta exceções, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa D está correta, pois os dois princípios não comportam exceções, sendo previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 2º da Lei nº 4.320/1964: “Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. (...) Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade”.

A alternativa E está incorreta, pois o princípio da unidade de caixa é excepcionado pela criação dos fundos especiais, conforme art. 71 da Lei nº 4.320/1964: “Artigo 71. Constitui fundo especial o produto

de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação”.

**QUESTÃO 83. Com base no que dispõe a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção correta.**

**a) O superávit do orçamento corrente é apurado a partir do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, e o seu resultado não constitui receita orçamentária.**

**b) São classificadas como investimento as despesas de capital com a aquisição de imóveis para realização de obra pública e de imóveis já em utilização.**

**c) O superávit financeiro apurado em balanço orçamentário do exercício anterior pode ser utilizado como fonte de recurso para a abertura de crédito adicional.**

**d) A abertura de créditos extraordinários depende da indicação da fonte de recursos disponíveis.**

**e) A unidade administrativa não pode ser contemplada com dotação orçamentária quando for subordinada a órgão considerado unidade orçamentária.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda os temas superávit do orçamento, classificação das despesas, créditos orçamentários e créditos adicionais.

A alternativa A está incorreta, pois o superávit do orçamento corrente, embora não constitua item específico da receita orçamentária, será considerado receita de capital, ou seja, será receita orçamentária, conforme art. 11, §§ 2º e 3º, da Lei nº 4.320/1964: “§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente. § 3º - O *superavit* do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item de receita orçamentária”.

A alternativa B está incorreta, pois a aquisição de imóveis já em utilização é considerada inversão financeira, conforme Lei nº 4.320/1964: “Art. 12. (...) § 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização”.

A alternativa C está correta, conforme Lei nº 4.320/1964: “Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

A alternativa D está incorreta, pois a indicação dos recursos é necessária apenas à abertura dos créditos especiais e suplementares, conforme art. 43, *caput*, da Lei nº 4.320/1964: “A abertura dos créditos

suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa”.

A alternativa E está incorreta, pois a proposta orçamentária será feita para cada unidade administrativa, conforme art. 22, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964: “Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação”.

**QUESTÃO 84. Com relação ao plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA), assinale a opção correta.**

**a) A não apreciação, pelo parlamento, dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA, no prazo regulamentar, impede a interrupção da sessão legislativa.**

**b) O PPA não poderá ser alterado durante seu período de vigência, a fim de se assegurar a higidez do planejamento de médio prazo nele definido.**

**c) O anexo de metas fiscais da LDO dos municípios deverá conter as metas anuais para o exercício a que se referir e para os três seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública.**

**d) A LDO dos municípios não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.**

**e) O orçamento da seguridade social deve ser compatível com o PPA e, entre as suas funções, está a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está incorreta, pois apenas a não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias impede a interrupção da sessão legislativa, conforme art. 57, § 2º, da CF: “A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias”.

A alternativa B está incorreta, pois não há na Constituição nenhuma norma prevendo a imutabilidade da Lei do Projeto do Plano Plurianual.

A alternativa C está incorreta, pois a disposição se aplica apenas à União, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal: “Art. 4º (...) § 5º No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também: I - as metas anuais para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública”.

A alternativa D está correta, conforme art. 4º, § 7º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “§ 7º A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social”.

A alternativa E está incorreta, pois o orçamento da seguridade social não tem a função de reduzir desigualdades regionais, conforme a Constituição Federal: “Art. 165 (...) § 5º A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (...) § 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

**QUESTÃO 85. Ao julgar a prestação de contas de gestão do chefe do Poder Executivo de determinado município, o tribunal de contas do respectivo estado (TCE) identificou ato ilegal grave e lesivo ao erário municipal e, em virtude disso, condenou o prefeito a ressarcir o dano causado, bem como aplicou a sanção pecuniária de multa.**

**A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, considerando, no que couber, o entendimento do STF.**

**a) A decisão do TCE que julgou irregulares as contas de gestão do prefeito não tem o poder de torná-lo inelegível.**

**b) O TCE não poderia sustar os atos e os contratos relacionados ao dano que ele identificou.**

**c) O prefeito poderá interpor recurso da decisão do TCE ao Tribunal de Contas da União.**

**d) A legitimidade para a propositura da execução do dano causado ao erário é do próprio município, por ter sido ele o ente lesado; por outro lado, cabe ao estado a execução da multa aplicada pelo TCE no exercício de sua função fiscalizadora.**

**e) A ação de execução do dano causado ao erário é imprescritível, ao passo que a execução da sanção pecuniária se submete às regras prescricionais.**

### **Comentários**

As alternativas corretas são as **letras A e D**, merecendo anulação a questão. A questão aborda o tema julgamento das contas do Prefeito.

A alternativa A está correta, conforme entendimento do STF: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 835 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, ao entendimento de que, para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar 64/90, a apreciação das contas dos prefeitos, tanto as de governo, quanto as de gestão, será feita pelas Câmaras municipais com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores. (RE 848826).

A alternativa B está incorreta, pois não há possibilidade de sustação de contratos diretamente pelo TCE, conforme art. 71, § 1º, da CF: “No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis”.

A alternativa C está incorreta, pois não há relação de hierarquia ente o TCU e os TCEs a ensejar a viabilidade de interposição recursal.

A alternativa D está correta, conforme tese fixada no Tema de repercussão geral 642: “1. O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal. 2. Compete ao Estado-membro a execução de crédito decorrente de multas simples, aplicadas por Tribunais de Contas estaduais a agentes públicos municipais, em razão da inobservância das normas de Direito Financeiro ou, ainda, do descumprimento dos deveres de colaboração impostos, pela legislação, aos agentes públicos fiscalizados”.

A alternativa E está incorreta, pois não há que se falar em imprescritibilidade na execução da multa aplicada pelos Tribunais de Contas: “EMENTA AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONDENAÇÃO AO RESSARCIMENTO DE VALORES E AO PAGAMENTO DE MULTA. PRESCRIÇÃO. CONSUMAÇÃO. AUSÊNCIA DE MARCO INTERRUPTIVO. 1. A jurisprudência do Supremo consolidou-se no sentido da prescritebilidade da pretensão de ressarcimento ao erário, exceção feita àquela decorrente de atos de improbidade praticados com dolo. 2. Inexistindo norma legal a fixar o prazo prescricional no tocante à formação do débito a ser cobrado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), deve ser aplicado o prazo de 5 (cinco) anos, em interpretação sistemática da legislação infraconstitucional acerca do exercício de ação de ressarcimento pela Administração Pública federal (Lei n. 9.873/1999), da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992), da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Execuções Fiscais (Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980), bem assim em homenagem aos princípios da segurança jurídica ( CF, art. 5º, XXXVI) e do devido processo legal ( CF, art. 5º, LIV). 3. A jurisprudência do Supremo é firme no sentido de a prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas – imposição da multa prevista nos arts. 57 e 58 da Lei Orgânica do TCU – ocorrer em 5 (cinco) anos, presente interpretação sistemática das disposições dos arts. 1º e 2º da Lei n. 9.873/1999, bem assim de ser impertinente considerar o prazo de 10 (dez) anos de que trata o art. 205 do Código Civil ( MS 35.940, ministro Luiz Fux, DJe de 14 de junho de 2020; e MS 32.201, ministro Roberto Barroso, DJe de 7 de agosto de 2017), observada a ocorrência de eventuais marcos interruptivos. 4. Ante a regra da prescritebilidade que rege o direito brasileiro, não se afigura razoável concluir que a prática de ato voltado à apuração de fato tido por irregular na aplicação de verba pública, obtida mediante a celebração de convênio, tenha a força de interromper o prazo prescricional independentemente do tempo transcorrido, se a ocorrência não tiver como objeto específico a verificação de ilegalidade ligada especificamente à parte interessada e se a ela não foi dada ciência de tais acontecimentos. 5. Impõe o reconhecimento da prescrição o decurso de prazo superior a 5 (cinco) anos entre as datas apontadas nas informações como sendo o termo inicial da prescrição, – débitos ocorridos em “16/2/2001, 11/6/2002, 16/06/2002 e 9/7/2002” – e a citação do impetrante em 12 de abril de 2011 na TC n. 026.133/2011-3, processo no qual foram rejeitadas as contas, com sua consequente condenação ao ressarcimento de valores e ao pagamento de multa. 6. Agravo interno provido e, em consequência, concedida a segurança, para declarar a ocorrência da prescrição ressarcitória e punitiva. (STF - MS: 37940 DF, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 09/05/2023, Segunda Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 29-06-2023 PUBLIC 30-06-2023)”.

**QUESTÃO 86. Assinale a opção correta no que se refere à disciplina constitucional dos precatórios, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STF.**

**a) É vedada a compensação unilateral de débitos em proveito exclusivo da fazenda pública, quando se tratar de valores submetidos ao regime de precatório, não se estendendo essa vedação aos créditos sujeitos à sistemática da requisição de pequeno valor.**

**b) Na requisição de pequeno valor, os municípios podem definir, em lei própria, valor distinto do da União, desde que o montante não seja inferior do salário-mínimo.**

**c) Em decorrência dos princípios republicano e da transparência, é legítima a criação de comissão do Poder Legislativo para o exame dos atos, dos fatos e das políticas públicas com maior potencial gerador de precatórios e de sentenças judiciais contrárias ao erário.**

**d) A União pode utilizar valores por ela devidos a município em precatório para amortizar dívida vencida que o ente municipal tenha contraído junto a ela, mesmo que haja oposição do município.**

**e) É admissível a abertura de crédito extraordinário para a quitação de precatórios, quando presentes os requisitos da imprevisibilidade e da urgência.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema precatórios.

A alternativa A está incorreta, pois o STF fixou tese em sentido contrário no Tema 511 da Repercussão Geral: “É constitucionalmente vedada a compensação unilateral de débitos em proveito exclusivo da Fazenda Pública ainda que os valores envolvidos não estejam sujeitos ao regime de precatórios, mas apenas à sistemática da requisição de pequeno valor.”

A alternativa B está incorreta, pois o valor mínimo para RPV deve ser igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, conforme art. 100 da CF: “Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (...) § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. § 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

A alternativa C está incorreta, pois o STF já decidiu que a criação de tais comissões destoa do sistema de separação dos Poderes previsto na Constituição Federal: “39. O estabelecimento de uma comissão de

controle externo junto ao Poder Legislativo para avaliação dos precatórios expedidos pelo Poder Judiciário, conforme art. 6º da EC 114/21 destoa do sistema de separação de poderes posto na Constituição Federal. O dispositivo havido da Emenda Constitucional 114/21 subverte a ordem de atribuições, impondo um controle sobre a atividade tanto do Poder Executivo, condenado em demandas judiciais, quanto do Poder Judiciário, que julga o melhor direito e condena o Estado a pagar o cidadão. (ADI 7064, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 01-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 18-12-2023 PUBLIC 19-12-2023)

A alternativa D está incorreta, pois é necessário que haja aceitação por parte do Município, conforme art. 100, § 21, da CF: “Ficam a União e os demais entes federativos, nos montantes que lhes são próprios, desde que aceito por ambas as partes, autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos a pessoa jurídica de direito público para amortizar dívidas, vencidas ou vincendas”

A alternativa E está correta, pois coaduna com o entendimento do STF: “(iii) autorizada à União a abertura de créditos extraordinários necessários ao pagamento imediato dos precatórios referidos, estando presentes, no caso concreto, os requisitos constitucionais da imprevisibilidade e urgência previstos no § 3º do art. 167 da CF, deduzidas as dotações orçamentárias já previstas na proposta orçamentária para o exercício de 2024, aberta a possibilidade de edição de medida provisória para o pagamento ainda no exercício corrente. (ADI 7064, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 01-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 18-12-2023 PUBLIC 19-12-2023)

**QUESTÃO 87. Com base nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), assinale a opção correta.**

**a) Todas as despesas relativas à dívida pública, contratual ou mobiliária, constarão da LOA, porém o refinanciamento da dívida deverá constar separadamente na LOA e nas leis de créditos adicionais.**

**b) No cálculo da receita corrente líquida dos municípios, serão deduzidos os valores do imposto de renda retido na fonte dos seus servidores públicos municipais.**

**c) O contingenciamento de despesas decorrente da queda de arrecadação poderá alcançar o auxílio financeiro instituído por lei e destinado às famílias mais carentes, apesar da finalidade nobre desse benefício social.**

**d) A LRF aplica-se a toda a administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.**

**e) A reserva de contingência pode ser utilizada para o pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda os temas endividamento, receita corrente líquida, limitação de empenho, âmbito de incidência da lei de responsabilidade fiscal e reserva de contingência.

A alternativa A está correta, conforme parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal: “§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. § 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

A alternativa B está incorreta, pois a LRF não prevê tal hipótese de dedução, mas apenas a dedução da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição, conforme art. 2º: “Art. 2 (...) IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: (...) c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

A alternativa C está incorreta, uma vez que o STF veda o retrocesso social das políticas públicas: “Ementa: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA. EC 86/2015. PISO PROGRESSIVO PARA O INVESTIMENTO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO OU COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL. DIREITO SOCIAL À SAÚDE E VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL. IMPROCEDÊNCIA. 1. A Constituição atribuiu ao legislador ordinário a competência para definir critérios para a alocação de recursos orçamentários em ações e serviços de saúde, com cominações específicas, no §§ 2º e 3º do art. 198 para a satisfação da exigência constitucional então estabelecida, matéria que, não se qualificando como cláusula pétrea, pode ser objeto de alteração pelo legislador constituinte reformador. 2. O próprio texto constitucional admite flexibilidade na fixação dos parâmetros referidos no art. 198, § 2º, CF, mediante: (a) a diferenciação de índices conforme o nível federativo; (b) a atribuição de competência à União para edição de lei complementar estipulando os patamares mínimos referidos pelo art. 198, § 2º, entre outras matérias; e (c) a obrigatoriedade de reavaliação dessa disciplina normativa a cada 5 (cinco) anos. 3. A Emenda Constitucional 86/2015, ao inovar na disciplina constitucional referente ao investimento público em ações e serviços de saúde, não vulnerou o núcleo essencial das garantias sociais previstas na Constituição em prol das políticas públicas de saúde. 4. Ação Direta julgada improcedente. (ADI 5595, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-10-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 23-03-2023 PUBLIC 24-03-2023)”

A alternativa D está incorreta, pois as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, assim entendidas aquelas que não recebam do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, conforme interpretação sistemática da própria LRF: “Art. 1º (...) § 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. § 3º Nas referências: I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos: a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; (...) Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como: (...) III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária”

A alternativa E está incorreta, pois a reserva de contingência deverá ser destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme art. 5º, III, b, da LRF: “O

projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos”.

**QUESTÃO 88. Acerca das transferências voluntárias e da destinação de recursos públicos para o setor privado, assinale a opção correta.**

**a) Havendo o descumprimento de qualquer requisito legal, a União poderá aplicar aos municípios a sanção de suspensão da destinação de recursos públicos municipais para o setor privado.**

**b) É vedada a transferência voluntária de recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados do Distrito Federal e dos municípios, proibição essa que não se aplica à destinação de recursos públicos para o setor privado.**

**c) A destinação de recursos de determinado estado a hospital privado caracteriza subsídio social ao passo que a destinação de recursos desse mesmo estado a hospital público de município pertencente ao referido estado, voltados a ações do Sistema Único de Saúde, constitui transferência voluntária.**

**d) O descumprimento dos limites constitucionais de gastos relativos à educação e à saúde impede o ente de receber transferências voluntárias ressalvadas as exceções, e de destinar recursos públicos para o setor privado.**

**e) A observância das condições da LDO, inclusão na LOA e a previsão orçamentária de contrapartida do beneficiário são exigências comuns às transferências voluntárias e à destinação de recursos públicos para o setor privado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda os temas transferências voluntárias e destinação de recursos públicos para o setor privado.

A alternativa A está incorreta, pois inexistente qualquer previsão legal nesse sentido.

A alternativa B está correta, pois, conforme art. 167, X, da CF é vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De outro giro, quanto à destinação de recursos à iniciativa privada, a legislação não impõe restrição semelhante, conforme se observa do art. 26 da LRF: “A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais”.

A alternativa C está incorreta, pois não constitui transferência voluntária a entrega de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde, conforme art. 25 da LRF: “Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”.

A alternativa D está incorreta, pois não há vedação ao Município que descumpra os limites constitucionais de gastos relativos à educação e à saúde de destinarem recursos ao setor privado.

A alternativa E está incorreta, pois, embora a observância das condições da LDO, inclusão na LOA e a previsão orçamentária de contrapartida do beneficiário sejam exigências para realização de transferências voluntárias (art. 25, § 1º, da LRF), não há tal condicionamento à destinação de recursos públicos para o setor privado.

**QUESTÃO 89. Com relação à dívida e ao endividamento público, assinale a opção correta.**

**a) Equiparam-se à despesa de capital as de custeio dela decorrentes, bem como as destinadas à capacitação de servidores nas atividades-fim das áreas de educação, saúde, assistência social e segurança.**

**b) A existência, na LDO, de prévia e expressa autorização para contratação é uma das condições para o ente federado realizar operação de crédito.**

**c) As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento integram a dívida pública consolidada ou fundada.**

**d) Na proximidade do vencimento de um empréstimo que um município tenha contraído junto a instituição financeira pública do seu estado, uma das alternativas legais para o refinanciamento dessa dívida seria a obtenção de um novo empréstimo, com encargos menores, em instituição financeira da União.**

**e) Município pode conceder garantia em operação de crédito Celebrada por sua câmara municipal, desde que exija desta o oferecimento de contragarantia.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema endividamento público.

A alternativa A está incorreta, pois despesas de custeio são despesas correntes, ainda que decorrentes de despesas de capital (compra de um imóvel, por exemplo), conforme art. 12, § 1º, da Lei nº 4.320/1964: “Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis”.

A alternativa B está incorreta, pois a autorização deverá constar na LOA, disposição da LRF: “Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus

órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica”.

A alternativa C está correta, pois revela o entendimento do art. 29, § 3º, da LRF: “Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento”.

A alternativa D está incorreta, pois a operação de refinanciamento da dívida é vedada quando a dívida originária não haja sido contratada perante a própria instituição concedente, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal: “Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. § 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a: (...) II - refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente”.

A alternativa E está incorreta, pois não há necessidade de exigência de contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal: “Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal e as normas emitidas pelo Ministério da Economia acerca da classificação de capacidade de pagamento dos mutuários. § 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte: I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

**QUESTÃO 90. A respeito da operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), assinale a opção correta.**

**a) Não é permitida a realização de operação de crédito por ARO no último ano de mandato do prefeito.**

**b) Tal operação de crédito não é considerada no cálculo para a apuração do cumprimento da denominada "regra de ouro".**

**c) A contratação das operações de crédito por ARO deve ser precedida de licitação, na modalidade adequada a ser realizada pelo ente contratante, visando obter as melhores condições financeiras da operação.**

**d) A receita obtida por meio de tal operação de crédito destina-se a investimentos de infraestrutura.**

**e) A autorização para a realização desse tipo de operação de crédito deve constar de lei específica.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

A alternativa A está correta, conforme art. 38, IV, b, da LRF: “A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: estará proibida: no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal”.

A alternativa B está incorreta, pois as operações de crédito por ARO somente serão desconsideradas no cálculo para cumprimento da regra de ouro se forem liquidadas até o dia dez de dezembro do ano em que contratadas, conforme art. 38, § 1º, da LRF: “As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo definido no inciso II do *caput*”.

A alternativa C está incorreta, pois não há necessidade de realização de licitação, conforme art. 38, § 2º, da LRF: “As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil”.

A alternativa D está incorreta, pois a receita da operação de crédito por ARO será destinada a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, conforme art. 38, *caput*, da LRF: “A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes”.

A alternativa E está incorreta, pois a autorização pra contratação de operação de crédito por ARO poderá constar da própria Lei Orçamentária Anual, conforme art. 165, § 8º, da Constituição Federal: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei”.

**QUESTÃO 91. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, é de iniciativa exclusiva do prefeito de Cuiabá a elaboração de lei que disponha sobre**

- a) Elaboração do plano plurianual.**
- b) Arrecadação e aplicação de rendas.**
- c) Promoção do adequado ordenamento territorial.**
- d) Alienação dos bens municipais.**
- e) Criação de cargos na administração pública direta.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das leis de iniciativa exclusiva do prefeito de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê à Câmara Municipal a competência para tanto, vejamos: "Art. 17 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município e, especialmente, no que se refere ao seguinte: II - orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, autorizando a abertura de créditos suplementares e especiais, se necessários;"

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê: "Art. 4º Ao Município de Cuiabá compete: c) arrecadar e aplicar rendas que lhe pertencerem, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 08 de julho de 2010)", de modo que não há designação de iniciativa exclusiva do prefeito.

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê: "Art. 4º Ao Município de Cuiabá compete: h) promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 08 de julho de 2010)", de modo que não há designação de iniciativa exclusiva do prefeito.

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, que prevê "Art. 4º Ao Município de Cuiabá compete: e) dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 08 de julho de 2010)", de modo que não há designação de iniciativa exclusiva do prefeito.

A alternativa E está correta, tendo em vista que a Lei Orgânica do Município de Cuiabá prevê, como uma das matérias de iniciativa exclusiva do prefeito, a criação de cargos na administração pública direta, vejamos: "Art. 27 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre: I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, autárquica e fundacional e sua remuneração;"

**QUESTÃO 92. Conforme o que dispõe a Lei Complementar municipal nº 208/2010 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município), é atribuição do procurador-chefe da Procuradoria Judicial do Município de Cuiabá**

**a) Receber citações e notificações nas ações contra o município.**

**b) Promover os atos necessários à fixação de orientação jurídico-normativa.**

**c) Prestar informações em mandado de segurança impetrado contra despacho ou ato do prefeito.**

**d) Assessorar o chefe do Poder Executivo em assuntos de natureza jurídica de interesse da administração pública.**

**e) Representar judicial e extrajudicialmente o município na defesa de seus interesses.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei Complementar municipal nº 208/2010 e das atribuições do procurador-chefe da Procuradoria Judicial do Município de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence ao Procurador Geral do Município, veja: "Art. 8º São atribuições do Procurador Geral do Município: III - receber citações e notificações nas ações contra o município;"

A alternativa B está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence ao Procurador Geral do Município, veja: "Art. 8º São atribuições do Procurador Geral do Município: XVI - promover os atos necessários à fixação de orientação jurídico-normativa, após apreciação do Colégio de Procuradores;"

A alternativa C está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence à Procuradoria Geral, na pessoa do Procurador do Município, vejamos: "Art. 3º Compete à Procuradoria Geral, na pessoa do Procurador do Município: III - prestar informações nos mandados de segurança em que o Prefeito, os Secretários do Município e demais autoridades de idêntico nível hierárquico da Administração Direta forem apontadas como autoridades coatoras;"

A alternativa D está incorreta, pois tal atribuição, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, pertence ao Procurador Geral do Município, vejamos: "Art. 8º São atribuições do Procurador Geral do Município: VIII - assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos de natureza jurídica de interesse da Administração Pública;"

A alternativa E está correta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Complementar municipal nº 208/2010, figura entre as competências designadas ao procurador-chefe a representação judicial e extrajudicial do município na defesa de seus interesses, veja: "Art. 14. São atribuições do Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial do Município: I - representar judicial e extrajudicialmente o Município, em defesa de seus bens, interesses e serviços em ações em que for parte ou terceiro interessado;"

**QUESTÃO 93. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 93/2003, caso um servidor público estável da prefeitura de Cuiabá, por inabilidade em estágio probatório, retorne ao cargo anteriormente ocupado, configura-se**

**a) Reintegração.**

**b) Readaptação.**

**c) Recondução.**

**d) Aproveitamento.**

**e) Reversão.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei Complementar municipal nº 93/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional do município de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que não se trata de reintegração. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 34 A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que não se trata de readaptação. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 32 Readaptação é a investidura do servidor em cargo público de atribuições e responsabilidades compatíveis com a superveniente limitação de sua capacidade física ou mental, apurada em inspeção médica."

A alternativa C está correta, tendo em vista que é a adequada conceituação do ato de recondução, previsto pela Lei Complementar municipal nº 93/2003, veja: "Art. 35 Recondução é o retorno do servidor estável, ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilidade em estágio probatório ou avaliação de desempenho ou reintegração do anterior ocupante. (Redação dada pela Lei Complementar nº 472, de 09 de outubro de 2019) Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto quanto aos artigos 36 e 37."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que não se trata de aproveitamento. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 36 O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que não se trata de reversão. Vejamos no que constitui a mesma, consoante Lei Complementar municipal nº 93/2003: "Art. 33 Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei Complementar nº 490, de 11 de janeiro de 2021) I – por invalidez quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; II – no interesse da Administração, mediante ato discricionário, desde que atendidos os seguintes requisitos cumulativamente: a) solicitação expressa do servidor; b) a aposentadoria tenha sido voluntária; c) estável quando na atividade; d) a aposentadoria tenha ocorrido nos 5 anos anteriores à solicitação; e) existência de cargo vago; f) aptidão para o exercício do cargo mediante avaliação pela junta médica oficial do Município;"

**QUESTÃO 94. Segundo a Lei municipal nº 4.424/2003, é cabível que os órgãos da administração municipal de Cuiabá realizem a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Tal contratação prescinde de processo seletivo no caso de**

**a) Combate a surtos endêmicos.**

**b) Atendimento a programas firmados mediante convênios entre o governo federal e a iniciativa privada que tenham repercussão no âmbito do município.**

**c) Prestação de serviços essenciais na área de saúde.**

**d) Atendimento a programas sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano.**

**e) Atendimento a necessidades decorrentes de calamidade pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei municipal nº 4.424/2003, que autoriza o chefe do poder executivo municipal a efetuar contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências.

A alternativa A está incorreta, pois, apesar de ser hipótese prevista de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a Lei não prevê dispensa em seu processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa B está incorreta, pois diverge do que prevê a Lei. Vejamos: "Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município: VI – atender programas firmados mediante convênios ou outros instrumentos congêneres com o Governo Federal, Estadual e iniciativa privada com repercussão social de aplicação no âmbito municipal;" e "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa C está incorreta, pois, apesar de ser hipótese prevista de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a Lei não prevê dispensa em seu processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa D está incorreta, pois, apesar de ser hipótese prevista de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a Lei não prevê dispensa em seu processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

A alternativa E está correta, tendo em vista ser hipótese prevista na Lei, de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município, a dispensar processo seletivo, veja: "Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado. § 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo."

**QUESTÃO 95. De acordo com a Lei Complementar municipal nº 43/1997, que dispõe sobre o Sistema Tributário do município de Cuiabá, somente a lei pode**

**I. majorar tributos.**

**II. fixar a alíquota do tributo.**

**III. revogar isenções.**

**IV. definir o fato gerador da obrigação tributária principal.**

**V. atualizar o valor monetário da base de cálculo do tributo.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I, II, III e IV.**

**b) I, II, III e V.**

**c) I, II, IV e V.**

**d) I, III, IV e V.**

**e) II, III, IV e V.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das competências a serem estabelecidas unicamente por Lei, previstas pela Lei Complementar municipal nº 43/1997, que dispõe sobre o Sistema Tributário do município de Cuiabá.

A alternativa A está correta, por ser a única a reunir somente as afirmações em conformidade com a Lei, quais sejam: I, II, III e IV, o que torna as demais alternativas incorretas.

O item I está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: II - a majoração de tributos, ou a sua redução;"

O item II está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo;"

O item III está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, de dispensa ou redução de penalidades, instituição e revogação de isenções, bem como de incentivos fiscais".

O item IV está correto, pois é uma das hipóteses previstas pela Lei: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, bem como do seu sujeito passivo;"

O item V está incorreto, pois a mesma não constitui uma das hipóteses previstas pela Lei, vejamos: "Art. 3º Somente a Lei pode estabelecer: I - a instituição de tributos, ou sua extinção; II - a majoração de tributos, ou a sua redução; III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, bem como do seu sujeito passivo; IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo; V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos; VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, de dispensa ou redução de penalidades, instituição e revogação de isenções, bem como de incentivos fiscais. Parágrafo único. Não constitui majoração de tributos a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo."

**QUESTÃO 96. Conforme a Lei Complementar municipal nº 389/2015, que disciplina o uso e a ocupação do solo no município de Cuiabá, a zona com áreas não parceladas para fins urbanos, no interior da macrozona urbana, destinada à ampliação da ocupação urbana, é denominada**

**a) Zona de expansão urbana.**

**b) Zona especial de regularização específica.**

**c) Zona predominantemente residencial.**

**d) Zona especial de interesse social.**

**e) Zona urbana especial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Complementar municipal nº 389/2015, mais especificamente sobre a conceituação da Zona de Expansão Urbana.

A alternativa A está correta, pois o enunciado traz a conceituação da Zona de Expansão Urbana, prevista na Lei Complementar municipal nº 389/2015, veja: "Art. 13 A Zona de Expansão Urbana é a zona com áreas não parceladas para fins urbanos, no interior da Macrozona Urbana, destinada à ampliação da ocupação urbana".

A alternativa B está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado, sendo uma das classificações das Zonas Urbanas Especiais, veja: "Art. 7º As Zonas Urbanas Especiais classificam-se em 13 (treze) subcategorias: VI – Zonas Especiais de Regularização Específica – ZERE;".

A alternativa C está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado. Vejamos o que a Lei dispõe sobre a zona predominantemente residencial: "Art. 17 A Zona Predominantemente Residencial é a zona destinada predominantemente ao uso residencial unifamiliar".

A alternativa D está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado, sendo uma das classificações das Zonas Urbanas Especiais, veja: "Art. 7º As Zonas Urbanas Especiais classificam-se em 13 (treze) subcategorias: V – Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;".

A alternativa E está incorreta, pois tal denominação não corresponde ao conceito apresentado no enunciado, sendo uma das divisões da Macrozona Urbana do Município de Cuiabá, veja: "Art. 6º Para receber os diferentes tipos de Uso do Solo Urbano, a Macrozona Urbana do Município de Cuiabá fica dividida em 03 (três) Zonas de Uso: I – Zona Urbana de Uso Múltiplo – ZUM; II – Zona de Expansão Urbana – ZEX; III – Zonas Urbanas Especiais – ZUE."

**QUESTÃO 97. Com base na Lei Complementar municipal nº 150/2007, assinale a opção que corretamente prevê o instrumento de análise para subsidiar o licenciamento de empreendimentos que, na sua instalação, possam causar impactos ao mero ambiente, no sistema viário, ao seu entorno ou à comunidade de forma geral.**

**a) programa de atendimento econômico e social para a população**

**b) estudo prévio de impacto de vizinhança**

**c) programa básico de ocupação da área e de intervenção**

**d) estudo prévio de impacto ambiental**

**e) programa de monitoramento e controle do plano diretor**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a Lei Complementar municipal nº 150/2007, que dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento estratégico de Cuiabá.

A alternativa A está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa B está correta, pois designa adequadamente o instrumento previsto no enunciado, consoante Lei Complementar municipal nº 150/2007, vejamos: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa C está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa D está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

A alternativa E está incorreta, pois diverge da denominação apresentada pela Lei Complementar municipal nº 150/2007, veja: "Art. 73 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, como instrumento de análise para subsidiar a aprovação de projetos, o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas e privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, ao sistema viário, o seu entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município."

**QUESTÃO 98. Segundo a Lei Complementar municipal nº 4/1992, a construção e manutenção dos passeios em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto é de responsabilidade**

**a) da prefeitura.**

**b) dos proprietários do lote.**

**c) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.**

**d) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.**

**e) de qualquer um que ocupe o lote.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a Lei Complementar municipal nº 4/1992, que institui o Código Sanitário e de Posturas do Município, o Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais e o Código de Obras e Edificações.

A alternativa A está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa B está correta, pois traz o responsável pela construção e manutenção dos passeios em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto, previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa C está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e

manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa D está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

A alternativa E está incorreta, pois traz um responsável diverso daquele previsto na Lei Complementar municipal nº 4/1992, veja: "Art. 229. É de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto."

**QUESTÃO 99. A luz do Decreto municipal nº 9.650/2023, a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, é denominada**

- a) Reequilíbrio econômico-financeiro.**
- b) Matriz de alocação de riscos contratuais.**
- c) Gestão de riscos do processo de contratação.**
- d) Gestão de execução do objeto.**
- e) Análise de riscos do processo de contratação.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do Decreto municipal nº 9.650/2023.

A alternativa A está incorreta, pois o reequilíbrio econômico-financeiro corresponde a outro conceito. Vejamos o que a Lei traz sobre o mesmo: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: XIV - reequilíbrio econômico-financeiro: ajuste econômico que pode incidir sobre a ata de registro de preços e sobre o contrato administrativo, destinado a compensar as oscilações financeiras extraordinárias e extracontratuais decorrentes de eventos de caso fortuito ou força maior, bem como de atos da Administração Municipal;"

A alternativa B está correta, pois traz a denominação correspondente à cláusula prevista no enunciado, consoante Decreto municipal nº 9.650/2023, veja: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: X - matriz de alocação de riscos contratuais: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação;"

A alternativa C está incorreta, pois a gestão de riscos do processo de contratação corresponde a outro conceito. Vejamos o que a Lei traz sobre o mesmo: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: IX - gestão de riscos do processo de contratação: conjunto das atividades que definem e concretizam a estratégia administrativa em relação

ao tratamento dos riscos identificados na análise de riscos, considerando a materialidade da contratação e os possíveis impactos no processo de contratação e nos objetivos do contrato;"

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o conceito apresentado pelo enunciado refere-se à matriz de alocação de riscos contratuais, consoante Decreto municipal nº 9.650/2023, veja: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: X - matriz de alocação de riscos contratuais: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação;"

A alternativa E está incorreta, pois a análise de riscos do processo de contratação corresponde a outro conceito. Vejamos o que a Lei traz sobre o mesmo: "Art. 4º Além das definições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se: VIII - análise de riscos no processo de contratação: avaliação realizada na fase preparatória, com vistas à identificação de riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação e a boa execução contratual, elaborado e assinado pelo demandante;"

**QUESTÃO 100. De acordo com o Decreto municipal nº 9.650/2023, compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre**

- a) O planejamento estratégico do município de Cuiabá.**
- b) As minutas de editais de chamamento público.**
- c) Os pedidos de reajuste e repactuação da ata de registro de preços.**
- d) A estimativa preliminar do valor de objeto contratado.**
- e) A adjudicação do objeto de processo licitatório.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do Decreto municipal nº 9.650/2023.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

A alternativa B está correta, tendo em vista que, de acordo com o Decreto municipal nº 9.650/2023, esta é uma das competências exclusivas da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres;"

A alternativa C está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista não se tratar das competências exclusivas, apresentadas pelo Decreto municipal nº 9.650/2023, da Procuradoria de Contratos e Patrimônios, veja: "Art. 23. Compete exclusivamente à Procuradoria de Contratos e Patrimônios manifestar-se juridicamente sobre: I. minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres; II. minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos; III. atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV. minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; e V. todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos."

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)